

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL

**RAWÊNIO DA SILVA FERNANDES**

**UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO  
DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA**

João Pessoa  
2022

**RAWÊNIO DA SILVA FERNANDES**

**UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO  
DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

**Orientador:** Prof. Dr. José Jassuipe da Silva Morais

João Pessoa  
2022

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

F363a Fernandes, Rawênio da Silva.

Uma análise sobre a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional na Universidade Federal da Paraíba / Rawênio da Silva Fernandes. - João Pessoa, 2022.

89 f.

Orientação: José Jassuipe da Silva Morais.  
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE.

1. Financiamento. 2. Educação superior. 3. Investimentos externos. 4. Desenvolvimento acadêmico.  
I. Morais, José Jassuipe da Silva. II. Título.

UFPB/BC

CDU 378:336.1(043)

**RAWÊNIO DA SILVA FERNANDES**

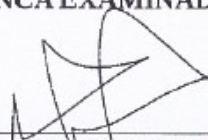
**UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO  
DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, Mestrado Profissional, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Avaliação e Financiamento da Educação Superior.

APROVADO EM: 23/02/2022

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. José Jassuibe da Silva Moraes  
PPGAES/UFPB – Orientador



---

Prof. Dr. Sergio Adelar Brun  
UTFPR/ PPGAES – Membro Interno



---

Profa. Drª. Maria Angeluce Soares Peronico Barbotin  
DCSA/CCAIE – Membro externo ao PPGAES

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter colocado as pessoas certas ao meu lado nos momentos de maiores dificuldades na construção desta pesquisa e por me permitir alcançar mais esta conquista;

À minha família, em especial, à minha mãe Maria Salomé, que sempre me apoiou incondicionalmente e com muita sabedoria, em todas as etapas da minha vida;

Ao professor Jassuipe Moraes, pelo comprometimento e fundamentais contribuições pertinentes ao desenvolvimento deste trabalho;

Aos membros da banca examinadora, pela disponibilidade e boa vontade de contribuir com importantes sugestões para o enriquecimento desta pesquisa;

Aos diversos colegas de mestrado que se fizeram amigos com as trocas de experiências estudantis e de vida: Quézia, Ram, Mara, Tales e especialmente Carlos Rolim, que contribuiu com sua expertise quando mais precisei, meu muito obrigado;

Aos meus amigos pessoais que também me apoiaram e contribuíram neste processo: Adenilson Santos, Eduardo Sávio, George Alexsandro, Leandro Santos, Michel Branco e Taciana Araújo;

Por fim, a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a realização desta pesquisa.

Olhar para o passado deve ser apenas um meio de entender mais claramente o que e quem eles são, para que possam construir mais sabiamente o futuro.

Paulo Freire

## RESUMO

O Brasil e o mundo vêm experimentando mudanças nas políticas de financiamento do ensino superior que implicam principalmente reduções orçamentárias dos recursos públicos ordinários destinados às universidades. A União, responsável pelo orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tem sinalizado que essas instituições devem buscar captar recursos externos para manter suas atividades. Nesse sentido, a presente pesquisa teve como objetivo geral diagnosticar a influência dos investimentos externos para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, no período de 2017 a 2020. Os objetivos específicos buscaram: (i) identificar estudos relevantes sobre a educação superior no Brasil e seu desenvolvimento no contexto global, nacional e local; (ii) analisar, a partir da coleta de dados, os recursos orçamentários obtidos pela UFPB por meio da captação de recursos externos no período de 2017 e 2020; e (iii) elaborar um relatório diagnóstico, apresentando a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, no referido período. A metodologia utilizada, no que se refere à natureza, foi do tipo aplicada; no que tange os objetivos, incluiu o aspecto exploratório-descritivo; quanto à abordagem, a pesquisa foi qualitativa; no que se refere ao modelo dos procedimentos, foi um estudo de caso; os procedimentos técnicos adotados foram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. Utilizaram-se, ainda, como o embasamento teórico, um breve histórico sobre o ensino superior no Brasil, referências sobre o financiamento da educação superior, parcerias público privadas, entre outros. Para a coleta e análise dos dados, foram extraídas informações, em instrumentos jurídicos (contratos e convênios) da UFPB, que tratam da captação de recursos externos para o financiamento de projetos voltados ao desenvolvimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), assim como para o funcionamento institucional, no período analisado. Também houve coleta de dados a partir do painel do orçamento federal (SIOP), referentes a recursos discricionários destinados à UFPB pelo MEC, assim como foi realizada uma análise comparativa com os recursos externos captados. Como resultado da pesquisa, foi elaborado um relatório diagnóstico apresentando a influência dos investimentos externos para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, entre 2017 e 2020. Foi possível concluir que os investimentos captados por meio dos contratos e convênios, realizados entre a UFPB e seus parceiros externos, no quadriênio da pesquisa, tiveram uma relevante influência, principalmente para o desenvolvimento acadêmico.

**PALAVRAS-CHAVE:** Financiamento. Educação Superior. Investimentos Externos. Desenvolvimento Acadêmico.

## ABSTRACT

Brazil and the world have been experiencing changes in higher education funding policies that mainly imply budget reductions in ordinary public resources destined for universities. The Union, responsible for the budget of Federal Institutions of Higher Education (IFES), has signaled that these institutions should seek to raise external resources to maintain their activities. In this sense, the present research had as general objective diagnose the influence of external investments for the academic and institutional development of UFPB, from 2017 to 2020. The specific objectives sought to: (i) identify relevant studies on higher education in Brazil and its development in the global, national and local context; (ii) to analyze, from the data collection, the budget resources obtained by UFPB through the raising of external resources in the period of 2017 and 2020; and (iii) to prepare a diagnostic report, presenting the influence of external investments in the academic and institutional development of UFPB, in the referred period. The methodology used, with regard to nature, was of the applied type; regarding the objectives, it included the exploratory-descriptive aspect; as for the approach, the research was qualitative; with regard to the model of procedures, it was a case study; the technical procedures adopted were bibliographic research and documental research. A brief history of higher education in Brazil, references on the financing of higher education, public-private partnerships, among others, were also used as the theoretical basis. For data collection and analysis, information was extracted from legal instruments (contracts and agreements) of UFPB, which deal with the raising of external resources for the financing of projects aimed at academic development (teaching, research and extension), as well as for institutional functioning in the analyzed period. There was also data collection from the federal budget panel (SIOP), referring to discretionary resources destined to UFPB by MEC, as well as a comparative analysis with the external resources raised. As a result of the research, a diagnostic report was prepared presenting the influence of external investments for the academic and institutional development of UFPB, between 2017 and 2020. It was possible to conclude that the investments raised through contracts and agreements, carried out between UFPB and its external partners, in the quadrennium of the research, had a relevant influence, mainly for the academic development.

**Keywords:** Funding. Higher Education. External Investments. Academic Development.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Informações do orçamento federal para as IFES entre 2017-2020 .....	12
<b>Figura 2:</b> Caracterização da Pesquisa .....	16
<b>Figura 3:</b> Valores destinados à educação .....	27
<b>Figura 4:</b> Valores destinados para Ciência e Tecnologia .....	27
<b>Figura 5:</b> Painel do Orçamento Federal em 2017 .....	43
<b>Figura 6:</b> Painel do Orçamento Federal em 2018 .....	50
<b>Figura 7:</b> Painel do Orçamento Federal em 2019 .....	55
<b>Figura 8:</b> Painel do Orçamento Federal em 2020 .....	64
<b>Figura 9:</b> Recursos captados entre 2017 e 2020 .....	66
<b>Figura 10:</b> Reportagens sobre as tentativas de descrédito às universidades públicas a partir de 2019 .....	67
<b>Figura 11:</b> Recursos recebidos do MEC pela UFPB entre 2017 e 2020 .....	67

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Recursos discricionários destinados ao MEC para a aplicação em funcionamento institucional e desenvolvimento acadêmico .....	12
<b>Quadro 2:</b> Contratos de captação de recursos financeiros em 2017 .....	41
<b>Quadro 3:</b> Valores dos contratos de captação de recursos financeiros em 2017 .....	42
<b>Quadro 4:</b> Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2017 .....	44
<b>Quadro 5:</b> Contratos de captação de recursos financeiros em 2018 .....	45
<b>Quadro 6:</b> Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2018 .....	48
<b>Quadro 7:</b> Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2018 .....	51
<b>Quadro 8:</b> Contratos de captação de recursos financeiros em 2019 .....	52
<b>Quadro 9:</b> Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2019 .....	54
<b>Quadro 10:</b> Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2019 .....	56
<b>Quadro 11:</b> Contratos de captação de recursos financeiros em 2020 .....	57
<b>Quadro 12:</b> Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2020 .....	61
<b>Quadro 13:</b> Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2020 .....	65
<b>Quadro 14:</b> Análise dos Centros de Ensino e dos recursos recebidos entre 2017 e 2020 .....	69
<b>Quadro 15:</b> Classificação dos Centros de acordo com os recursos captados no período .....	70

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGU – Advocacia-Geral da União  
CF – Constituição Federal  
CGU – Controladoria Geral da União  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
CODECON – Coordenação de Convênios  
CONSUNI – Conselho Universitário  
EBC – Empresa Brasileira de Comunicação  
FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação  
IES – Instituições de Ensino Superior  
IFES – Instituições Federais de Ensino Superior  
IFPB – Instituto Federal da Paraíba  
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação  
LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal  
MEC – Ministério da Educação  
MPPE – Ministério Público de Pernambuco  
PPGAES – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior  
OS – Organização Social  
PARAIBAN – Banco do Estado da Paraíba  
PqTcPB – Fundação Parque Tecnológico da Paraíba  
PEIEX – Programa de Qualificação para Exportação  
PPPs – Parcerias Público Privadas  
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento  
PROUNI – Programas Universidade para Todos  
SIOP – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
TCU – Tribunal de Contas da União  
UFPB – Universidade Federal da Paraíba  
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA .....	14
1.2 OBJETIVOS .....	14
1.2.1 Objetivo geral .....	14
1.2.2 Objetivos específicos .....	14
1.3 JUSTIFICATIVA .....	15
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	<b>16</b>
2.1 TIPIFICAÇÃO E FLUXO DOS PROCEDIMENTOS .....	16
2.2 AMBIENTE DA PESQUISA .....	20
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>21</b>
3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....	21
3.2 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	25
3.2.1 Parcerias no contexto do financiamento da educação superior: públicas e privadas .....	28
3.2.2 Propostas de financiamento no cenário atual: o programa Future-se .....	30
3.2.3 Financiamento da educação superior na UFPB .....	34
<b>4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	<b>40</b>
4.1 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2017 .....	40
4.2 ABORDAGEM DAS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2018 .....	45
4.3 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2019 .....	52
4.4 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2020 .....	57
4.5 INFERÊNCIAS SOBRE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA UFPB PARA O QUADRIÊNIO 2017 A 2020 .....	65
RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE A PESQUISA .....	72
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>81</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>84</b>

## 1 INTRODUÇÃO

De acordo com Silva Júnior e Sguissardi (2000), em face das mudanças nas políticas de financiamento do ensino superior no mundo e, também no Brasil, é relevante discutir sobre os impactos dessas políticas na promoção do desenvolvimento científico e tecnológico do país e nas Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras. Assim, partindo dessa premissa, a presente pesquisa buscou analisar o cenário do financiamento universitário na Universidade Federal da Paraíba - UFPB.

De acordo com Durham (1990), nas últimas décadas, as universidades do mundo vêm passando por um acelerado processo de transformação, seja de forma direta ou indireta, fruto das mudanças ocorridas nas sociedades modernas.

Nesse sentido, temos que a discussão sobre a mercantilização da educação superior ficou ainda mais evidente no cenário global a partir dos anos de 1970, em decorrência de mudanças ocorridas no capitalismo em proporções mundiais. Mesmo que essas mudanças mercadológicas no contexto da educação só tenham adquirido visibilidade no Brasil a partir dos anos 90, é importante frisar que tais transformações, nas Instituições de Educação Superior (IES), surgem a partir da crise de acumulação de capital num contexto mundial, que, como vimos, se deu a partir do início da década de 1970 (MANCEBO, 2015).

Ainda, do final dos anos oitenta ao início dos anos noventa, principalmente nos quesitos relacionados ao equilíbrio orçamentário, surgiram convenções fiscais a partir das reformas mercadológicas nos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Logo, essas mudanças forçaram os políticos e economistas a refletirem sobre os aspectos relacionados ao equilíbrio orçamentário, diminuição dos gastos públicos e privatização dos serviços públicos (SILVA JUNIOR; SGUISSARDI, 2000).

No Brasil, essas mudanças com tendências neoliberais fizeram com que o Estado repensasse seu papel de assegurador de políticas sociais, dentre as quais se insere a educação como uma das áreas sociais mais atingidas. Dessa forma, surge o discurso político com a finalidade de redefinir o aparato estatal, de modo a reduzir os recursos com políticas públicas de cunho social (BRITO; VALE; SOUSA, 2019).

Nesse sentido, também surge o discurso de que as universidades públicas possuem alto custo e baixa eficiência. É nesse cenário que as universidades passam a receber cada vez menos recursos públicos e começam a ser objeto de ações de financiamento por meio da mercantilização do conhecimento, unindo a ideologia de ser uma estrutura pesada para o orçamento público com o interesse do capital em ampliar e renovar suas riquezas através do

desenvolvimento da Ciência e das inovações tecnológicas produzidas pelas universidades públicas, uma vez que, esses mecanismos são capazes de agregar muito mais valor econômico aos produtos gerados pelo setor produtivo (MANCEBO, 2015).

Partindo dessas informações, e trazendo-as para o contexto atual do Brasil, temos que, de acordo com o *site* do painel do orçamento federal, de consulta pública, no ano de 2022, foi verificado que, entre os anos de 2017 e 2020, o governo federal realizou sérios cortes orçamentários nos recursos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como demonstram as figuras adiante:

**Figura 1:** Informações do orçamento federal para as IFES entre 2017-2020.

Ano	Órgão Orçamentário	Ação	Resultado Primário	Dotação Inicial
<b>Total</b>				<b>18.620.575.712</b>
2017	26000 - Ministério da Educação	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	560.530.412
		20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	4.706.766.626
2018	26000 - Ministério da Educação	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	460.640.565
		20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	4.776.779.771
2019	26000 - Ministério da Educação	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	446.029.648
		20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	4.527.315.548
2020	26000 - Ministério da Educação	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	290.903.797
		20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	2.851.609.345

**Fonte:** Painel do Orçamento Federal (2022).

**Quadro 1:** Recursos discricionários destinados ao MEC para a aplicação em funcionamento institucional e desenvolvimento acadêmico

2017	R\$ 560.530.412,00	+	<b>R\$ 5.267.297.038,00</b>	↓
	R\$ 4.706.766.626,00			
2018	R\$ 460.640.565,00	+	<b>R\$ 5.237.420.336,00</b>	↓
	R\$ 4.776.779.771,00			
2019	R\$ 446.029.648,00	+	<b>R\$ 4.973.345.196,00</b>	↓
	R\$ 4.527.315.548,00			
2020	R\$ 290.903.797,00	+	<b>R\$ 3.142.513.142,00</b>	↓
	R\$ 2.851.609.345,00			

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2022).

Os valores da figura 1 e do quadro 1 apresentados dizem respeito aos repasses dos recursos discricionários realizados pelo MEC para as IFES e correspondem, por exemplo, às verbas destinadas para pagamento de contas de água, luz, serviços terceirizados como limpeza, segurança, restaurante universitário, estagiários, bolsas de pesquisas acadêmicas, reformas e bolsas de auxílio para estudantes.

Percebe-se, portanto, que os valores das dotações do orçamento discricionário que o MEC disponibilizou para as IFES tiveram fortes reduções entre os anos de 2017 e 2020, representando uma diminuição no valor de R\$ 2.124.783.896 (dois bilhões, cento e vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil e oitocentos e noventa e seis reais), ou seja, entre 2017 e 2020, houve uma redução orçamentária de 59,66%.

Um ponto importante que explica essa diminuição no orçamento das IFES, nesse período, foi o novo regime fiscal criado pela Emenda Constitucional (EC) 95/2016. Essa norma trouxe limitação às correções inflacionárias para as despesas primárias e fixou limites para essas despesas nos vinte exercícios financeiros seguintes. Assim, as projeções das despesas ficaram limitadas a um teto, ou seja, sem correção da inflação até o ano de 2037. As implicações da EC 95/2016 são de diminuição dos “gastos sociais”, que é fonte garantidora do funcionamento das universidades federais (VALDO; MELIM; TEIXEIRA, 2021).

Conforme afirmam Favero e Bechi (2017), é inegável que as reduções orçamentárias nos recursos destinados a cobrir as despesas de custeio e de capital nas IFES impactam diretamente na gestão interna de recursos e podem comprometer serviços essenciais para toda a comunidade acadêmica, como os serviços administrativos em geral, além dos relacionados à assistência estudantil, às atividades de pesquisa e extensão, dentre outras.

Segundo Leher (2018), sabe-se que, já em 2017, o orçamento das IFES sofreu uma redução de quase 14% em relação ao ano anterior. A partir de então, as perdas acumuladas foram sucessivas e os cortes orçamentários continuaram acontecendo e impactando nos investimentos da educação superior brasileira.

Nesse contexto, as administrações das IFES estão paulatinamente sendo obrigadas a buscar estratégias para suprir o déficit orçamentário, procurando investimentos externos (públicos e privados) para complementar seu aporte financeiro. Para isso, buscam captar recursos complementares tanto para a manutenção do próprio funcionamento quanto para o desenvolvimento da área acadêmica – ensino, pesquisa e extensão (FARIA; FRANCISCO; MELO, 2006).

A estrutura deste trabalho foi pensada tendo como ponto de partida a preocupação com a forte redução de investimentos públicos nas IFES nos últimos anos. Nesta primeira seção, foi apresentada a introdução, a delimitação do problema de pesquisa, o objetivo geral, os objetivos específicos e a justificativa deste trabalho. Em seguida, na segunda seção, está exposta a metodologia utilizada na elaboração desta dissertação, de forma a evidenciar o tipo de pesquisa adotado, o local escolhido para desenvolver o estudo, bem como o fluxo dos procedimentos empregados. Já a terceira seção apresenta o aporte teórico que dá sustentação

ao tema pesquisado, de modo a trazer coerência à proposta defendida pela pesquisa. A quarta seção mostra a análise dos resultados que foi realizada a partir da coleta de dados. A quinta e última seção traz as considerações finais do estudo, apresentando os resultados alcançados.

Nesse sentido, esta pesquisa buscou verificar os contratos de parcerias externas firmados pela Universidade Federal da Paraíba no último quadriênio, de 2017 a 2020, e a influência dessas parcerias de financiamento para o orçamento da instituição.

## 1.1 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Este trabalho discutiu sobre a influência dos recursos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, assim como a representação que esses recursos externos significaram em seu orçamento discricionário no período analisado pelo estudo. Portanto, foi nesse cenário que surgiu o problema desta pesquisa: **como os contratos de financiamento externo influenciaram o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB?**

## 1.2 OBJETIVOS

Nesta seção, apontam-se os objetivos – geral e específicos – que se pretendem alcançar, com a finalidade de apresentar contribuições para a instituição estudada.

### 1.2.1 Objetivo geral

Diagnosticar a influência dos investimentos externos para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, no período de 2017 a 2020.

### 1.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar estudos relevantes sobre a educação superior no Brasil e seu desenvolvimento no contexto global, nacional e local;
- b) Analisar, a partir da coleta de dados, os recursos orçamentários obtidos pela UFPB por meio da captação de recursos externos no período de 2017 e 2020;
- c) Elaborar um relatório diagnóstico, apresentando a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, entre 2017 e 2020.



### 1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse pelo tema surgiu a partir da atuação funcional deste pesquisador na condição de servidor público com experiência profissional na área de orçamento público, execução orçamentária e folha de pagamento, desempenhando suas atividades como contador da Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Sendo assim, o debate em torno das políticas de financiamento do ensino superior brasileiro e os impactos em torno desse tema para as IFES trouxeram motivação para aprofundar os estudos sobre o assunto.

Ainda nessa perspectiva, era evidente o encolhimento nos repasses orçamentários anuais destinados à instituição em que desenvolve suas atividades profissionais. Isso também gerou preocupação em relação às consequências que esses cortes vultosos poderiam causar para o bom desempenho da UFPB e para os resultados que ela oferece à sociedade.

Somado a isso, surgiu, em 2019, a proposta do Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – FUTURE-SE, que apresentava um cenário de pouca clareza em relação às matérias orçamentárias, de gestão administrativa e autonomia universitária. O programa teria a clara intenção de fortalecer a presença do capital privado dentro das universidades públicas, em detrimento dos investimentos públicos em educação.

Nesta pesquisa, foi utilizado um recorte temporal entre os anos de 2017 e 2020, tendo em vista que, em 2016, ano anterior, foi sancionada a Emenda Constitucional 95/2016 com a intenção de conter os gastos públicos pelo período de 20 anos, afetando setores como a educação. Com isso, a necessidade por recursos externos aumentou, fazendo as universidades públicas celebrarem contratos de financiamentos de projetos com o ambiente externo.

A diminuição dos recursos orçamentários, sem um planejamento das despesas discricionárias que ofereça as condições mínimas para funcionamento institucional, pode causar graves danos ao desenvolvimento da Ciência e das inovações tecnológicas, que são variáveis importantes para o progresso de uma sociedade. Vale frisar que, nesse contexto pandêmico, a UFPB desenvolveu pesquisas no campo de combate à Covid-19, e, considerando apenas esse aspecto, já é possível perceber o quão importante é o aporte financeiro suficiente para que a Ciência não deixe de avançar em benefício de todos.

Portanto, o presente trabalho também pretende colaborar para a reflexão e concretização de políticas de financiamento da educação superior, uma vez que é preciso lançar luz sobre os problemas encontrados, para buscar e cobrar soluções.

## 2 METODOLOGIA

Por meio da metodologia foi possível desenvolver um detalhamento dos procedimentos e técnicas necessários para execução da dissertação.

Com isso, este capítulo apresenta os recursos metodológicos realizados no estudo, expondo a tipologia da pesquisa, o ambiente onde ela se desenvolveu, assim como os instrumentos e fluxos que foram empregados para atingir os objetivos planejados.

### 2.1 TIPIFICAÇÃO E FLUXO DOS PROCEDIMENTOS

No que se refere à sequência e ao detalhamento da proposta de concretização da pesquisa, a Figura 2 retrata, de forma didática, a caracterização da metodologia apresentada:

**Figura 2:** Caracterização da Pesquisa



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

No que se refere à natureza, este trabalho teve a definição de uma pesquisa aplicada. Segundo Gil (2008), a pesquisa aplicada está condicionada a suas descobertas e à exploração do seu conteúdo, de modo a se enriquecer com o desenvolvimento do estudo.

Acerca dos objetivos, o estudo incluiu o aspecto exploratório-descritivo com o interesse de apresentar, por meio de um diagnóstico, os resultados da captação de recursos externos que chegam à UFPB mediante contratos celebrados entre ela e outras entidades.

Na pesquisa exploratória, de acordo com Gil (2018), o objetivo é proporcionar maior familiaridade com o problema, na busca por torná-lo mais explícito, e, para isso, a pesquisa

envolve, por exemplo, a análise de hipóteses que estimulem melhor sua compreensão. Já no enfoque descritivo da pesquisa, segundo Barros e Lehfeld (2014), procurou-se descobrir a frequência com que determinado fenômeno ocorre ou sua natureza, suas características, suas causas, suas relações e conexões com outros fenômenos.

Do ponto de vista da abordagem do problema, o presente estudo foi classificado como uma pesquisa qualitativa, uma vez que o objetivo desta investigação foi analisar informações com base em dados e cruzamento de informações, assim como entender e explicar a relação entre as variáveis presentes no objeto de estudo. Segundo Nasser (2008), a pesquisa qualitativa significa uma observação pessoal e longa das situações que o pesquisador considera importante para o estudo, a observação da realidade e seu objetivo final, e não há intervenção naquilo que é observado. Para Bogdan e Biklen (1994, p. 16), “utilizamos a expressão *investigação qualitativa* como um termo genérico que agrupa diversas estratégias de investigação que partilham determinadas características descritivas relativas a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”.

Nesse contexto, Gerhardt e Silveira (2009) explicam que a pesquisa qualitativa não se volta para os valores numéricos, mas busca compreender o contexto de um grupo social ou uma organização. Nesse sentido, o investigador usa o modelo qualitativo para explicar as razões das coisas, buscando trazer clareza para o que precisa ser feito. Contudo, não mensuram o valor dos fatos, uma vez que as informações objeto de análise não obedecem uma métrica.

O método utilizado para tratar as informações documentais do estudo foi a análise de conteúdo. Segundo explica Franco (2007), a análise de conteúdo tem como principal objeto a informação ou mensagem que se deseja transmitir. Ela precisa expressar um sentido ou um significado através de algum canal, seja ele escrito, oral, documental ou até mesmo gestual.

Gil (2008) ainda expõe que a análise de conteúdo é examinada em três fases: pré-análise; exploração do material; inferência ou interpretação.

- 1) Pré-análise: momento inicial em que o pesquisador terá as primeiras interações com os documentos, é a chamada “leitura flutuante”.
- 2) Exploração do material: é uma etapa demorada e consiste em organizar e administrar as definições das leituras realizadas na etapa anterior de pré-análise.
- 3) Inferência: sendo a última fase da análise de conteúdo, a inferência e a interpretação têm como finalidade dar credibilidade e relevância aos dados.

Quanto ao modelo dos procedimentos, a presente pesquisa foi um estudo de caso, uma vez que buscou conhecer com mais propriedade o quanto os recursos externos ao

orçamento ordinário da UFPB influenciam no desenvolvimento científico e tecnológico desta instituição. Para Yin (2013), o estudo de caso investiga um fato contemporâneo e concreto em um contexto real, com o objetivo de entender mais profundamente o tal fenômeno dentro de um contexto importante para o caso estudado.

Em relação aos procedimentos técnicos, os métodos escolhidos foram o da pesquisa bibliográfica e da pesquisa documental, ou seja, a base teórica para elaboração e fundamentação quanto a uma pesquisa bibliográfica se deram por meio de livros, *sites*, artigos científicos do objeto de estudo, revistas e demais trabalhos acadêmicos que foram pertinentes ao estudo e que puderam agregar credibilidade teórica à pesquisa. Quanto à pesquisa documental, foram analisados 39 contratos entre os anos de 2017 e 2020, enquanto instrumentos formais de captação de recursos externos utilizados pela Coordenação de Convênios – CODECON, que é um setor da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN da UFPB.

O estudo bibliográfico foi desenvolvido através de materiais já publicados sobre o desenvolvimento da educação superior no Brasil, assim como também foi investigado, em bases bibliográficas, o financiamento da educação superior em um contexto global, nacional e local.

Nessa perspectiva, Gil (2018) afirma que quase toda pesquisa acadêmica necessita que, em determinado momento, seja realizado um trabalho que possa ser caracterizado como pesquisa bibliográfica. Tanto o é, que boa parte das teses e dissertações produzidas atualmente têm um capítulo ou seção inteiramente voltado à revisão bibliográfica, que é elaborada com a finalidade de viabilizar a fundamentação teórica do estudo, bem como identificar a etapa atualizada do conhecimento a respeito do tema. Em certas áreas do conhecimento, grande parte das pesquisas são realizadas com suporte em estudos produzidos a partir de fontes bibliográficas.

A pesquisa bibliográfica também possibilitou ampliar a discussão sobre o estudo da educação superior no Brasil, além da investigação sobre as políticas de financiamento do ensino superior que tratavam da referida temática. Segundo Silva e Menezes (2001), para um bom desenvolvimento da pesquisa bibliográfica, devem ser observados alguns procedimentos, como o tema, a elaboração de um plano de trabalho, identificação do material, localização e compilação, fichamento, análise e interpretação e redação.

Já a pesquisa documental, conforme esclarece Lima Júnior *et al.* (2021), é uma técnica feita por meio de materiais que precisam ser analisados dentro de um contexto,

averiguando a natureza e a confiabilidade do material, e dessa forma obtendo informações significativas que contribuem para o atingimento dos resultados da pesquisa.

De acordo com Gil (2018), a pesquisa documental é semelhante à pesquisa bibliográfica em alguns pontos, tendo em vista que as duas contam com dados já existentes. A distinção mais importante diz respeito à natureza das fontes, pois a pesquisa bibliográfica apoia-se em material criado por autores com expectativa específica de ser lido por grupos específicos. No que se refere à pesquisa documental, esta recorre a documentos elaborados com objetivos diversos, como, por exemplo, assentamentos, autorizações, comunicações etc. No entanto, existem fontes que ora são consideradas bibliográficas, ora documentais, tais como relatos de pesquisas, relatórios, boletins, jornais de empresas, atos jurídicos, compilações estatísticas etc. Desse modo, é recomendado que a pesquisa seja considerada de fonte documental quando o material examinado é interno à organização, e de fonte bibliográfica quando for consultado em bibliotecas ou bases de dados.

Nesse contexto, Lakatos e Marconi (2017) explica que, para fazer uma análise documental, é preciso ter um conjunto de operações que possibilitem a representação de um documento de forma diferenciada, ou seja, o objetivo encontra-se na rerepresentação concisa da informação. Por sua vez, Marconi e Lakatos (2021, p. 202) esclarece que:

Toda pesquisa implica o levantamento de dados de variadas fontes, quaisquer que sejam os métodos ou técnicas empregadas. Esse material-fonte geral é útil não só por trazer conhecimentos que servem de *background* ao campo de interesse, como também para evitar possíveis duplicações e/ou esforços desnecessários; pode, ainda, sugerir problemas e hipóteses e orientar para outras fontes de coleta.

Com isso, percebe-se que a pesquisa documental procura por informações iniciais da área de interesse. Nesse sentido, é preciso que o pesquisador defina os tipos de documentos que estejam de acordo com o seu estudo.

Após a compreensão da metodologia utilizada neste estudo, apresenta-se agora o ambiente em que a pesquisa aconteceu, que é a Universidade Federal da Paraíba.

## 2.2 AMBIENTE DA PESQUISA

O estudo foi realizado no ambiente da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). A instituição foi federalizada no ano de 1960 por meio da Lei Federal 3.835/60, sendo vinculada ao Ministério da Educação como uma entidade autárquica que goza de autonomia didática, financeira, administrativa e disciplinar (BRASIL, 1960).

A UFPB tem regime especial de ensino, pesquisa e extensão, com estrutura multicampi e abrangência em cinco cidades do estado da Paraíba: João Pessoa, Areia, Rio Tinto, Mamanguape, e Bananeiras. Desde que foi fundada, e durante todo seu percurso histórico, a UFPB cumpre um importante papel na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. No que se refere à educação superior, a UFPB tem o reconhecimento da sociedade como uma instituição com muita relevância no desenvolvimento científico e tecnológico regional, contribuindo para a formação de profissionais qualificados para o Estado da Paraíba e para todo o país (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019).

O setor que se destaca nesta pesquisa é a CODECON, coordenação que se localiza na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN. A CODECON é a unidade responsável pela celebração de acordos, convênios ou instrumentos similares entre a UFPB e instituições públicas e privadas.

Na perspectiva de alcançar os propósitos deste estudo, foi realizado um planejamento para se chegar à solução do problema proposto pela pesquisa.

Inicialmente, buscaram-se informações no *site* da UFPB a respeito dos contratos de captação de recursos externos, informações essas disponibilizadas publicamente no portal SIPAC/UFPB. Após se constatar que era possível encontrar eletronicamente e publicamente os documentos necessários para a coleta dos dados, também buscou-se identificar as informações relevantes nesses instrumentos jurídicos, para que esse levantamento de dados pudesse contribuir com a etapa posterior da pesquisa, a análise dos resultados e suas inferências, de modo a se alcançar os objetivos traçados.

Para alcançar os resultados dessa investigação, de acordo com o problema proposto, esta pesquisa se apoiou em bases bibliográficas e documentais, utilizando um recorte temporal entre os anos de 2017 e 2020, com o objetivo de diagnosticar os efeitos orçamentários após a promulgação da Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, como também realizou uma análise da influência dos recursos obtidos por meio de captação de financiamentos externos ao orçamento ordinário da UFPB.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo, estão destacadas as bases teóricas utilizadas para realizar uma investigação consistente, indispensável para a compreensão do tema apresentado, assim como para atingir uma resposta para o problema proposto.

#### 3.1 BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil não pode ser discutido sem se considerar todo o contexto histórico e os desdobramentos que influenciaram a realidade atual da educação no país. Até a chegada da corte portuguesa ao Brasil Colônia, em 1808, existiam apenas as chamadas escolas superiores, onde eram ministrados os cursos de Filosofia e Teologia sob a responsabilidade da Companhia de Jesus, que teve importante participação no desenvolvimento do ensino superior da colônia nessa época (CORDEIRO; SILVA; SOUZA, 2016).

De acordo com o que afirma Cunha (2007), o ensino superior no Brasil entre os séculos XVI e XVIII, com os cursos de Filosofia e Teologia, só pode ser compreendido como um sistema educacional que estava a serviço da exploração da colônia pela metrópole. Os alunos que frequentavam as escolas superiores sob o comando dos jesuítas eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de oficiais mecânicos e, a partir do século XVIII, dos mineiros também.

Após a chegada da Coroa Portuguesa em 1808 à Colônia, o ensino superior foi direcionado para preparar apenas profissionais liberais tradicionais nos cursos de Medicina, Direito e as Engenharias. O modelo era profissionalizante e visava apenas aos interesses da elite e às pretensões das funções burocratas do Estado (FERREIRA, 2018).

O surgimento das Universidades no Brasil ocorreu no século XIX, devido à formação superior de elites em instituições europeias no período de 1500 a 1800. Essas elites voltavam para o Brasil com diploma universitário. Para Stallivieri (2007), as universidades foram criadas em um período agitado e confuso, resultado do encontro de faculdades específicas, fato que revela um caráter fragmentado e frágil.

Flores (2017) corrobora com essa ideia quando diz que o ensino superior era controlado pelo Estado e tinha resistência na participação da iniciativa privada no sentido de ter a prerrogativa de conceder privilégios profissionais a uma parcela mínima da sociedade. Os liberais, nesse contexto, defendiam a ideia de criarem universidades para formar apenas

uma casta competente da sociedade. Já os positivistas eram contrários a esse pensamento e defendiam que os recursos seriam mais bem empregados se fossem destinados à educação de base popular, em oposição ao plano de investir exclusivamente nas classes privilegiadas da sociedade.

É, então, possível perceber que houve deficiência em planejar as instituições de ensino superior no Brasil desde o princípio, e é dessa forma que a educação superior sofre com a ineficiência política que causa fortes limitações no desenvolvimento e na qualificação da população em geral (BORTOLANZA, 2017).

Em 1920, a primeira universidade foi criada, no Rio de Janeiro, fortalecendo, mesmo tardiamente, o ensino superior brasileiro. A partir desse contexto, houve acontecimentos importantes na história do ensino superior no Brasil. Até o fim do período imperial, as escolas superiores eram de número reduzido, tanto em relação ao número de estudantes como nas áreas do conhecimento, conforme já citado anteriormente. Com a proclamação da República e durante a República Velha, no período de 1889 até a Revolução de 1930, novas mudanças ocorreram no âmbito do ensino superior (STALLIVIERI, 2007).

Segundo Cunha (2007), foi no período da República Velha que começaram a surgir as escolas superiores livres, ou seja, independentes do Estado, de iniciativa privada. Essa exploração privada do ensino superior foi intensa e ocasionou maior facilidade de acesso devido às pressões que ocorreram pela necessidade de aumentar a quantidade de força de trabalho capacitada e com escolarização superior. Outra força determinante foi a influência ideológica do positivismo à época.

Em oposição às crescentes possibilidades de acesso, também aumentavam as resistências a esse processo:

O aumento do número de diplomados poderia produzir, pela diminuição da raridade, a perda do valor intrínseco do diploma, em termos de poder, prestígio e remuneração, para os grupos corporativos compostos por indivíduos oriundos das classes dominantes ou cooptados por elas e interligados a níveis mais elevados da burocracia do Estado. (CUNHA, 2007, p. 86).

Parte da sociedade era contrária ao crescimento do ensino superior e argumentava que esse movimento de expansão e acesso às universidades atrairia alunos mal preparados do ensino secundário e conseqüentemente prejudicaria o bom desempenho dos alunos do ensino superior. Diante desse fato, foi criado o exame de admissão para o ingresso ao ensino superior no intuito de fazer uma melhor seleção dos alunos mais capacitados intelectualmente (FLORES, 2017):



Em 1911 foi promulgado por decreto a Lei Orgânica do Ensino Superior, redigida pelo ministro do Interior, o deputado Rivadávia da Cunha Corrêa, que instituía o exame de admissão para o ingresso nas escolas superiores, cujo objetivo era identificar a capacidade intelectual dos candidatos para realizarem com êxito o estudo das matérias que constituíam o ensino da faculdade. A normatização do exame se deu com a promulgação dos decretos 8.661 e 8.662, ambos de 5 de abril de 1911. De acordo com esses decretos, os candidatos deveriam apresentar, no ato da matrícula, os seguintes documentos: certidão de idade, provando ter, no mínimo, 16 anos; atestado de idoneidade moral; certificado de aprovação no exame de admissão; e, recibo da taxa de matrícula. (FLORES, 2017, p. 8).

Desta forma, as universidades se davam no contexto extremamente elitista, com forte orientação profissional. Entre os anos de 1930 e 1964, momento em que o governo militar assume o poder, mais de vinte instituições foram criadas. Em 1934, surgiu a Universidade de São Paulo, e muitos professores europeus foram contratados, marcando uma expansão significativa do sistema público federal de ensino superior. Além disso, surgiram algumas universidades de cunho religioso, católica e presbiteriana (CORDEIRO; SILVA; SOUZA, 2016).

No ano de 1964, se destaca a mercantilização da política de educação no Brasil, processo coordenado pela lógica de agregação para a iniciativa privada frente a disponibilização de serviços educacionais, com o dilema baseado na qualidade e simplificação. Nesse período, houve a expansão das políticas sociais em que a educação, no contexto universitário, foi transformado com o intuito de promover o ensino tecnocrático em decorrência da parceria entre o Ministério da Educação e Cultura - MEC e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional - USAID (AMARAL, 2019).

Essa parceria teve como foco uma educação privatista, tecnicista, embasada nas prioridades do mercado de trabalho no âmbito mundial. Em 1960 a 1970, se estabeleceu a crise do capital e a busca de estratégias a fim de recuperar as taxas de lucros. Essas estratégias visaram rebater a estrutura do mercado de trabalho e as políticas sociais instauradas.

As políticas educacionais, nessa época, impactaram no ensino público e favoreceram a criação e expansão de escolas privadas, a mercantilização e as reformas privatistas do ensino universitário. Stallivieri (2007) destaca, nesse período, interesses do capital em nível mundial, a eliminação do ensino de filosofia no Segundo Grau, a licenciatura em curto prazo e os cursos de caráter profissional.

A partir de 1990, novos acontecimentos importantes moldaram a estrutura das universidades, principalmente em decorrência da Constituição Federal de 1988 e das leis que passaram a reger a educação superior. Para Amaral (2019), é importante destacar que a década de 1990 foi marcada pela solidez do neoliberalismo e a consolidação da

contrarreforma do Estado, o que implicou políticas sociais de educação, principalmente no ensino superior. Esse fato repercute ainda no contexto atual:

Mudanças político-econômicas com o intuito de reformar o Estado ocorreram a partir da década de 90 no Brasil, com o ideal neoliberal. O Estado redefine seu papel de provedor de políticas sociais, entre estas, a educação, e ocorre no discurso de que para a redefinição do aparelho do Estado há a necessidade de racionalizar recursos com políticas públicas de cunho social (AMARAL, 2019, p. 90).

O neoliberalismo impactou na maneira de entender a qualidade da educação, relacionando-a à lógica mercadológica de produtividade, rentabilidade e competitividade. O contexto político-econômico dos anos 90 levaram as IES a uma administração orientada pelos discursos do capital que, aderida pelo Estado, visaram convencer a sociedade da importância de melhorias na educação pública por meio dessa ideologia (ROSSI; TUDE, 2021).

Dessa forma, as mudanças educacionais no Brasil andaram de mãos dadas com o objetivo de crescimento do mercado e dos interesses da classe burguesa. Materializaram-se, nesse ínterim, a reforma do Estado, redefinindo seu papel como provedor de políticas públicas sociais. Esse fato fez surgir a racionalização de recursos e diminuição de gastos com políticas públicas e sociais (BRITO, 2019).

Como enfatiza Ferreira (2018), a educação superior desde o período que vai do século XX ao início do século XXI, vem sofrendo com cortes cada vez mais significativos em seu orçamento, afetando as políticas educacionais e dificultando seu desenvolvimento.

Concomitante à redução orçamentária das instituições públicas de ensino superior, cabe destacar o aumento aligeirado da educação no setor privado. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, promulgada em 1996, pela Lei nº 9.394, contribuiu para o crescimento do ensino privada, impactando no número de matrículas oferecidas pelo ensino superior. A implementação da LDB implicou redução do papel do governo, a flexibilização do sistema de capital privado para a execução de políticas educacionais e estrutura fragmentada do Sistema Nacional de Educação - SNE (BRASIL, 1996).

Além disso, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 209, já havia referenciado, dando subsídio jurídico à exploração privada da educação para a obtenção de lucros, enfatizando ser livre a iniciativa privada, mediante as condições de cumprimento da lei que rege a educação nacional e a avaliação da qualidade do ensino pelo Poder Público (BRASIL, 1988).

Segundo Brito e Kato (2019), outro fato que contribuiu para o crescimento da educação superior privada foram as leis posteriores, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, que

amparam essa expansão e foram determinantes para a estrutura de financeirização da educação superior privado-mercantil.

Na atualidade, as universidades são desenvolvidas com uma vasta oferta de cursos em várias áreas do conhecimento. A manutenção do ensino superior público, que é gratuito, é considerada cara e, por isso, enfrenta muitas restrições orçamentárias por parte do governo, que é seu principal financiador. Para Rossi e Tude (2021), a ideia de que a universidade pública é cara para o orçamento público federal é apenas mais um mito que deve ser desmistificado. Os autores citam outros fatores que reforçam essa retórica:

- i) A universidade pública brasileira faz parte do contexto de um país com Estado agigantado; ii) A universidade pública é muito cara; iii) Nos países desenvolvidos, as universidades são, em sua maioria, privadas; iv) A universidade pública está muito distante da sociedade; v) A universidade pública oferta vagas gratuitas para quem poderia pagar por elas. Serão debatidos a seguir cada um desses pontos.

Esses elementos são usados como discursos para justificar e defender os cortes orçamentário do Estado para a educação e o ensino superior no país (ROSSI; TUDE, 2021). No entanto, o financiamento é de suma importância para a qualidade e a oferta do ensino, sendo as barreiras aos recursos financeiros um grave problema que vem sendo discutido por professores, pesquisadores e políticos nos últimos anos. A insuficiência de financiamento público favoreceu a incorporação do financiamento privado e as discussões quanto as parcerias público-privadas.

### 3.2 FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O financiamento destinado à educação superior é fundamental para a manutenção de políticas públicas que visam a reduzir as persistentes desigualdades sociais existentes no Brasil, facilitando o acesso de alunos de baixa renda oriundos de escolas públicas. Tais políticas são realizadas pelo Poder Público federal, seja por repasses orçamentários destinados às IFES, ou por financiamentos integrais ou parciais de vagas em universidades privadas de todo o território nacional (MOURA, 2014).

Para Silva e Santos (2017), por muito tempo o acesso ao ensino de nível superior no Brasil foi restrito às classes sociais mais elevadas. No entanto, nas últimas décadas, houve grandes mudanças nas políticas de acesso ao ensino superior, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades - REUNI, que promoveu a expansão das universidades públicas, aumentando a oferta de vagas. Paralelamente, surgiram as

políticas de financiamento em instituições privadas de ensino superior, por meio dos programas que ofertam bolsas e financiamentos, parciais e integrais, em universidades particulares, como o Programa Universidade para Todos - PROUNI e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES.

Assim, os alunos que conseguem uma vaga em universidades particulares pelo PROUNI ou FIES recebem financiamentos totais ou parciais desses programas. Um aspecto positivo de tais programas de financiamento da educação superior em universidades privadas é o fato de que contribuem, juntos, para o acesso de estudantes de classes sociais mais baixas a vagas em universidades privadas, tendo a oportunidade de se qualificarem melhor e se tornarem mais competitivos no mercado de trabalho (SILVA; SANTOS, 2017).

Segundo destaca Moura (2014), é obrigação do Estado promover o acesso universal à educação de nível superior. Diante da dificuldade em cumprir essa determinação em face da limitada oferta de vagas nas IFES, as políticas de incentivo ao financiamento estudantil em instituições de ensino privadas atende à parte da demanda por vagas, principalmente, favorecendo alunos de baixa renda, incapazes de arcar por conta própria com tais gastos.

As políticas públicas de acesso ao ensino superior no Brasil visam a reduzir desigualdades que há séculos perduram no país. Nesse sentido, a expansão do nível superior no Brasil se tornou mais democrático e possibilitou que pessoas economicamente hipossuficientes pudessem concluir o ensino superior e ter melhores perspectivas profissionais no mercado de trabalho, tendo a oportunidade de mudarem suas vidas (HAAS; LINHARES, 2012).

Se, por um lado, observa-se o aumento de recursos públicos destinados ao financiamento do ensino superior privado, por outro, o mesmo não ocorre em relação às políticas de financiamento do ensino superior público, as quais vêm sendo ameaçadas diante de recorrentes cortes orçamentários, além do baixo nível de transparência referentes aos recursos destinados às IFES brasileiras. Na explanação de Favero e Bechi (2017, p. 91):

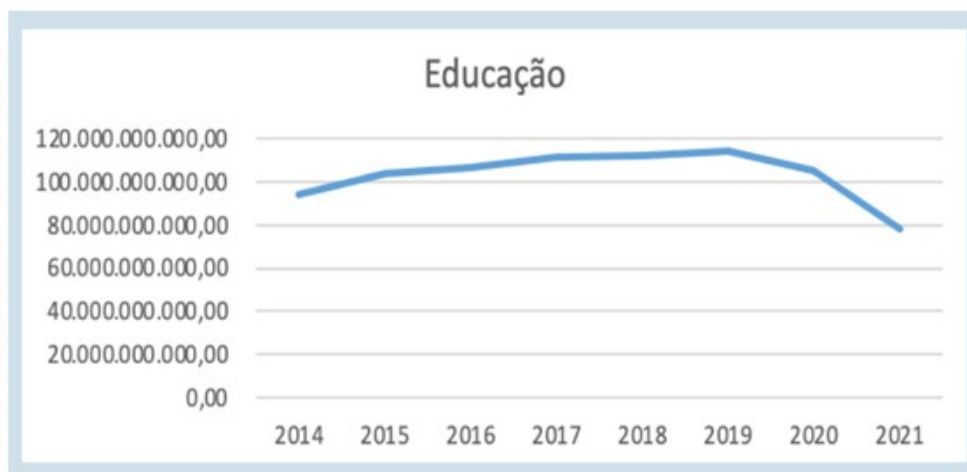
O financiamento da pesquisa e da pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresenta sinais inconfundíveis de que está ocorrendo um processo de mercantilização da educação. Frente à escassez de recursos governamentais voltados para a manutenção e o investimento das universidades públicas federais (infraestrutura adequada para desenvolver as pesquisas, laboratórios de tecnologia de ponta, expansão pesquisa e da pós-graduação).

As constantes reduções orçamentárias vêm impactando profundamente as universidades e institutos federais, implicando prejuízos para a educação. Alinhado a essas reduções, observa-se o discurso de autoridades do governo federal com intuito de

desqualificar o ensino superior público. Em 2019, por exemplo, o governo federal enfatizou que o papel da universidade deve ser, exclusivamente, o de formar os indivíduos para o mercado de trabalho, limitando a importância da educação superior à formação meramente técnica e desconsiderando que ela abrange ensino, pesquisa e extensão (WEGNER, 2020).

A tabela abaixo mostra, mais especificamente, a evolução dos cortes nos valores orçamentários destinados à educação, no período de 2014 a 2021.

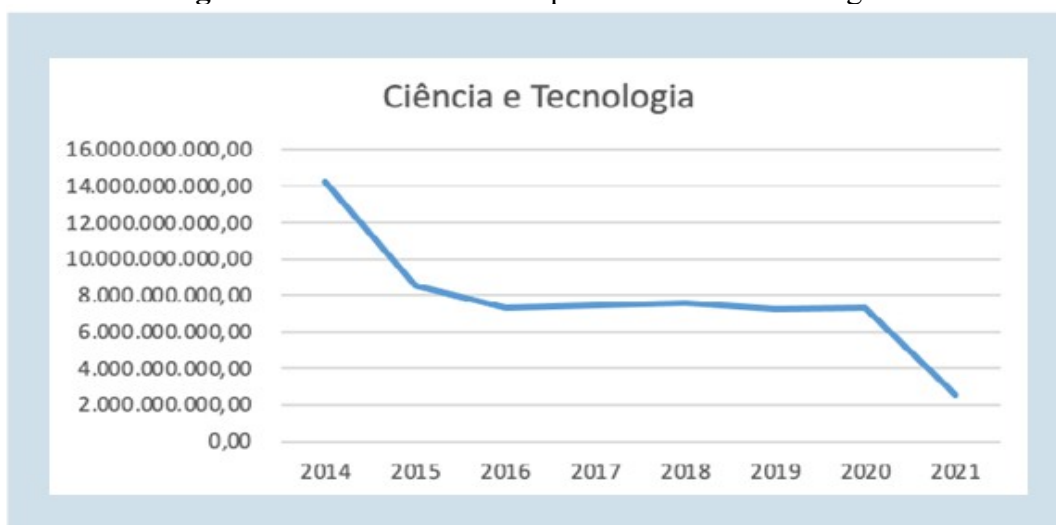
**Figura 3:** Valores destinados à educação



**Fonte:** Rossi e Tude (2021).

Os cortes no financiamento ao ensino superior, realizados dentro de uma lógica de mercantilização e escassez, afetaram a produção científica e a realização de pesquisas. Por isso, Rossi e Tude (2021) consideram essa redução de recursos um ataque ao conhecimento. A área de ciência e tecnologia, de suma importância para a produção do conhecimento, registrou a redução dos recursos financeiros (figura 4):

**Figura 4:** Valores destinados para Ciência e Tecnologia



**Fonte:** Rossi e Tude (2021).

A lacuna no investimento nessa área dificulta os projetos do CNPq, as bolsas no campo tecnológico e científico, a infraestrutura das instituições e o desenvolvimento da tecnologia, comprometendo a continuidade da criação e aplicação de novos saberes. Dentro dessa realidade, expõem Sacramento *et al.* (2021) que fica muito distante de alcançar os objetivos educacionais e a ampliação de vagas na educação superior de 50% até 2024, meta estipulada na Plano Nacional de Educação – PNE. Considerando os constantes cortes e bloqueios orçamentários, os gestores das IFES, no Brasil, vêm desenvolvendo planos e projetos para captar recursos externos ao orçamento discricionário, repassado pelo MEC, aumentando suas receitas próprias, para garantir o funcionamento das IFES.

No entanto, é importante frisar que, de acordo com os artigos 205 e 206 da Constituição Federal – CF, de 1988, a educação é direito de todos e dever do Estado, de forma que garanta, em instituições oficiais, a gratuidade e igualdade de direitos do ensino público a todos os cidadãos, assegurando ainda condições de acesso e permanência nesses estabelecimentos. No mesmo sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em seu art. 55, expressamente dispõe que “caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação por ela mantidas” (BRASIL, 1996, *online*).

### **3.2.1 Parcerias no contexto do financiamento da educação superior: públicas e privadas**

A compreensão inicial desta seção, que trata das parcerias públicas e privadas no contexto do financiamento da educação superior, deve considerar o que diz Salles (2020), quando destaca que a pesquisa científica no Brasil pertence naturalmente às universidades públicas e a comprovação dessa afirmação está nos índices de produção científica nacional. No entanto, as universidades têm sido alvo de muitos ataques e incompreensões, mesmo em governos de ideologias opostas, como se as IFES fossem mais um problema social que um projeto de desenvolvimento para o país. Os crescentes cortes e bloqueios orçamentários demonstram que os governantes não têm apostado na educação e na ciência como saída em tempos de crise.

Devido ao déficit no âmbito infraestrutural, no cenário de carência de recursos e da rigidez orçamentária, os entes públicos têm efetivado parcerias com entes privados como forma de buscar investimentos e manter suas atividades e prestação de serviços à população. Para Silveira e Meyer (2019), essas parcerias se tornam importante no contexto em que o Estado falha na sua função de garantir recursos para os órgãos públicos. As PPPs são

alternativas de parcerias que as IFES têm buscado fazer no intuito de melhorar os serviços prestados à comunidade, considerando os aspectos de eficiência e eficácia.

Nas Instituições de Ensino Superior - IES, as PPPs são alternativas para a continuidade do ensino e das pesquisas, uma vez que as administrações das instituições superiores de ensino estão tendo cada vez mais dificuldades para conseguirem manter seus amplos serviços de produção científica, intelectual e social (VALDO; MELIM; TEIXEIRA, 2021). Por isso, parece cabível discutir o atual panorama da parceria público-privada no Brasil, tendo como eixo os contratos e projetos em execução, a fim de analisar seus benefícios e avanços.

As PPPs são, portanto, contratos de prestação de serviço entre a Administração Pública e empresas privadas, regidos pela Lei nº 11.079/2004, tendo como objetivo a implantação e a oferta de serviços a serem disponibilizados pela iniciativa privada para a sociedade, além de buscar captar recursos privados para áreas que o governo tem pouco ou nenhum investimento público. O contratado também pode participar da gestão da entidade pública de acordo com os termos pactuados em contrato com o órgão (BRASIL, 2004).

No artigo 5º da lei supracitada, são descritas as cláusulas dos contratos das PPPs, *in verbis*:

I – o prazo de vigência do contrato, compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação; II – as penalidades aplicáveis à Administração Pública e ao parceiro privado em caso de inadimplemento contratual, fixadas sempre de forma proporcional à gravidade da falta cometida, e às obrigações assumidas; III – a repartição de riscos entre as partes, inclusive os referentes a caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária; IV – as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais; V – os mecanismos para a preservação da atualidade da prestação dos serviços; VI – os fatos que caracterizem a inadimplência pecuniária do parceiro público, os modos e o prazo de regularização e, quando houver, a forma de acionamento da garantia; VII – os critérios objetivos de avaliação do desempenho do parceiro privado; VIII – a prestação, pelo parceiro privado, de garantias de execução suficientes e compatíveis com os ônus e riscos envolvidos; IX – o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado; X – a realização de vistoria dos bens reversíveis, podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas. XI - o cronograma e os marcos para o repasse ao parceiro privado das parcelas do aporte de recursos, na fase de investimentos do projeto e/ou após a disponibilização dos serviços, sempre que verificada a hipótese do § 2º do art. 6º desta Lei (BRASIL, 2004, *online*).

Enquanto os entes privados investem em órgãos públicos, as entidades públicas atuam como fiscais, monitorando as atividades, a qualidade dos serviços e as obrigações descritas nos contratos. Além disso, há servidores que fiscalizam licitações, o contexto jurídico, a parte orçamentária e os processos que envolvem essa parceria.

Para Fernandez *et al.* (2019), as parceiras com as PPPs podem aumentar a eficiência na prestação dos serviços à sociedade. Porém, é importante que as cláusulas contratuais estejam bem definidas, a fim de se evitarem entraves na prestação do serviço. O setor privado pode, por exemplo, realizar investimentos em pesquisa e desenvolvimento; e o setor público, garantir as condições para que esse trabalho seja realizado e desenvolvido.

Um das desvantagens das PPPs, explica Santos (2017), é que o setor privado não está preocupado em obter resultados positivos em prol da sociedade. Seu interesse é que as IFES desenvolvam ou aprimorem novos mecanismos e tecnologias que implicarão a obtenção de lucros e redução de custos do setor privado. Logo, o desenvolvimento científico e social não é o foco.

Assim, as parcerias público-privadas aproveitam-se do déficit no orçamento público e da limitada infraestrutura das IFES, para se apresentarem como alternativa na complementação do orçamento de que as universidades necessitam, de modo que estas consigam cumprir as obrigações a elas impostas pela legislação no atingimento sua função social.

### **3.2.2 Propostas de financiamento no cenário atual: o programa Future-se**

O Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se, foi uma proposta desenvolvida pelo Ministério da Educação em 2019, de autoria do Ministro Abraham Weintraub. A proposta tinha como eixo central o fortalecimento do ensino superior e a busca de alternativas na captação de recursos externos para as IFES que aderissem ao Programa (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020).

Segundo Martins e Vitti (2021), esse programa é importante na medida em que se estabelecem narrativas de financiamento público num cenário de crise. Nesse contexto, o Future-se poderia ser visto como uma importante fonte de recursos externos, desonerando, assim, os gastos que o governo federal tem com a educação pública superior.

Por outro lado, o projeto vem sofrendo diversas críticas das instituições superiores e pesquisadores devido a seu teor contraditório ao princípio constitucional de autonomia universitária. Desde a consulta pública da primeira versão, aberta em agosto de 2019, várias manifestações e apontamentos se estabeleceram em oposição ao projeto. Em outubro do mesmo ano, a proposta foi reapresentada, e, em janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União (BAIMA, 2019; LEHER, 2019; DAGNINO, ROMAO, BEZERRA, 2019).



Na sua primeira versão, os eixos orientadores destacados foram: gestão, governança e empreendedorismo; pesquisa e inovação; e internacionalização. De acordo com o projeto de lei, as IFES que aderissem ao Future-se teriam que se comprometer a contratar Organizações Sociais - OSs para dar suporte à execução das atividades relacionadas aos eixos citados anteriormente. Nesse contexto, é importante ressaltar o que são as organizações sociais.

Assim, faz-se necessário ver o que diz o artigo 1º da Lei 9.637/98:

O Poder Executivo poderá qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, atendidos aos requisitos previstos nesta Lei (BRASIL, 1998, *online*).

O que deixa evidente que a execução realizada pela OS reflete a substituição dos recursos públicos pelo privado. Além disso, menciona que a celebração dos contratos com as OSs podem ser firmados sem chamamento público, fato que acendeu um sinal de alerta para as IFES:

Os contratos de gestão poderão ser celebrados com organizações sociais já qualificadas pelo Ministério da Educação ou por outros Ministérios, sem a necessidade de chamamento público, desde que o escopo do trabalho esteja no âmbito do contrato de gestão já existente (BRASIL, 2020, *online*).

Com o que já foi posto, é possível perceber que o programa Future-se parecia temerário, pois obrigava as IFES a firmarem contratos de gestão e governança com as OSs, constituindo uma administração simultânea e privada com a administração das universidades e institutos. Esses motivos evidenciam, para Giolo (2020) uma incerteza à autonomia das IFES brasileiras. Por essas razões, entende-se que o assunto não pode deixar de ser discutido e refletido por todos os interessados.

Ainda, seguindo com essa reflexão e com base em Giolo (2020), o contrato celebrado entre as IFES, a União e as OSs, sem chamamento público, pode causar vulnerabilidade das instituições diante do Tribunal de Contas da União - TCU e da Advocacia-Geral da União - AGU, além de abrir possibilidade de o MEC ter o poder de, dentre as OSs já habilitadas no processo, escolher aquela que melhor atenda a seus interesses, podendo gerar eventual conflito com os interesses das IFES. Sendo assim, apontava-se para caminhos de incertezas quanto a autonomia universitária.

Diante das incertezas sobre o Future-se e da falta de informações mais concretas sobre a aplicação do programa, muitas instituições demonstraram seu desinteresse em aderir. Essa insatisfação cresceu na medida em que não houve detalhamento do programa, melhoramentos e correções de falhas identificadas por comissões de universidades que

analisaram o projeto, o que demonstrou seu falecimento precoce, antes mesmo de alguma instituição aderir efetivamente a ele. No entanto, a discussão sobre o tema se fez necessária como alerta para amadurecer o debate sobre qualquer projeto de financiamento do ensino público superior, que surja sem apresentar claramente suas regras e boa fé.

Em outubro de 2019, a primeira versão foi reformulada e publicada novamente para consulta pública. A segunda versão foi considerada mais resumida e contemplou alterações nos eixos, retirando os elementos de governança e gestão, mas se mantendo: pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação; empreendedorismo; e internacionalização (BRASIL, 2020).

Como menciona Silva e Possomai (2020), o projeto, quanto às necessidades das IFES, continuou deixando muito a desejar. Em primeiro ponto, cabe destacar que a proposta foi desenvolvida fora dos moldes democráticos e da participação da sociedade e comunidade universitária.

Para Martins e Vitti (2021), um dos entraves do projeto foi a ausência de foco no fortalecimento das IFES, destacando-se apenas em promover o incentivo das instituições federais em buscar fontes de financiamentos alternativos através do empreendedorismo e inovação, além das parcerias com Organizações Sociais para estimular a captação de recursos externos. O intuito central foi estabelecer uma versão empreendedora das IFES, e fazer uso da estrutura universitária para o desenvolvimento de pesquisas e criação de produtos que contemplassem as necessidades de mercado capital.

A terceira versão do Future-se manteve os eixos da segunda versão. E estabeleceu cinco objetivos: o primeiro quanto ao incentivo de fontes externas privadas; incentivo e promoção do desenvolvimento da ciência, pesquisa, tecnologia e inovação; foco em promover a cultura empreendedora em programas atribuídos ao ensino superior; incentivo à internacionalização dos institutos federais; e estímulo ao aumento do índice de conclusão e de empregabilidade dos egressos de universidades e institutos federais (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020).

Esses objetivos são bastante criticados por não contemplarem preocupações quanto às condições e melhorias de trabalho, assim como valorização e formação nas IFES. Como destaca Leher (2019), as ausências de termos refletem as lacunas deixadas pelo projeto, que negam as características das universidades e institutos federais de formação humana nos diversos campos do conhecimento. Os termos mais destacados são empreendedorismo, produto, resultado, contrato e investimento.

Assim, parece claro que o Future-se amarrava as instituições federais a um laço cada vez mais estreito com os segmentos produtivos e empresariais, diminuindo a responsabilidade e o dever do Estado quanto ao financiamento da educação. Com isso, é possível afirmar que o projeto impunha limitação às pesquisas e cursos que priorizam a formação ampla e transformação social, e que não atendem aos interesses do mercado de capital (LEHER, 2019).

O texto do projeto impõe às IFES obrigações e exigências, além de eventuais penalizações, como evidencia seu artigo 13:

O desligamento das universidades e dos institutos federais do Programa Future-se ocorrerá: I - por acordo entre as partes; II - quando encerrado o contrato de resultado; e III - quando descumpridas as disposições contidas no contrato de resultado. O desligamento do Programa Future-se suspenderá o recebimento dos benefícios por resultado previstos nesta Lei (BRASIL, 2020, *online*).

As alternativas de financiamento estabelecidas no Future-se estavam condicionadas a exigências de contratos de gestão com as OSs, bem como um comitê gestor com o papel de supervisionar as ações e outros fatores que impactariam na autonomia das universidades, tanto no âmbito didático-científico, administrativo, financeiro e patrimonial (GIOLO; LEHER; SGUISSARDI, 2020).

O artigo 9º enfatiza que:

O Programa Future-se será acompanhado e supervisionado por comitê gestor, com composição e funcionamento definidos em regulamento, garantida a participação de representantes: I - das universidades e dos institutos federais; II - do Ministério da Economia; III - do Ministério da Educação; e IV - do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (BRASIL, 2020, *online*).

O artigo 10 menciona que os gestores terão o poder de subsidiar o Ministério da Educação no aperfeiçoamento do Programa Future-se e no processo decisório concernente ao Programa; assegurar a destinação correta e regular dos recursos do Programa Future-se; e acompanhar a avaliação dos indicadores de resultado referentes ao contrato de resultado (BRASIL, 2020).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica – CONIF destaca o Future-se como superficial e com teor fora dos moldes constitucionais e de gestão das IFES quanto à sua autonomia, elencando termos até então distantes do universo acadêmico, como OS e fundo de investimento. Outro ponto destacado por Leher (2020) é a possibilidade de contratos de pessoal sem a ocorrência de concursos públicos, incentivando programas e projetos de caráter privado e de

empreendedorismo. Assim, o aspecto intelectual é subordinado e dependente aos fatores de comercialização.

Segundo Leher (2019), o Future-se poderia precarizar a pesquisa e o desenvolvimento, ao estabelecer metas e alcance de resultados, visando o atingimento dos interesses mercadológicos, em detrimento da autonomia das universidades, prevista na Constituição Federal. Nessa mesma linha, os estudos que analisam o Future-se apontam que o projeto reverteria parte do orçamento destinado às IFES para o financiamento das OSs, implicando em diminuição da autonomia administrativo-financeira das universidades e criando, assim, um ambiente autoritário e ideológico, dentro de uma lógica de mercado. A situação se agrava quando se considera que as universidades, a Andifes e o Conif foram ignorados na construção da proposta do programa.

Cabe destacar, diante dessas discussões, que o Projeto Future-se apresentava um cenário de incertezas, principalmente do ponto de vista da autonomia universitária das IFES brasileiras, a despeito de ter surgido com o pretense intuito de auxiliar o desenvolvimento técnico-científico e de buscar captar recursos externos diante da alegada escassez de verbas públicas federais.

### **3.2.3 Financiamento da educação superior na UFPB**

Antes de mais nada, é necessário apresentar as legislações que auxiliam na gestão dos contratos firmados entre as IFES e os agentes externos financiadores dos projetos. Nesse sentido, a Lei N° 8.958/1994 dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e as fundações de apoio, instituídas com o objetivo de apoiar projetos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive na gestão administrativa e financeira necessária à execução desses projetos (BRASIL, 1994).

Nessa direção, surge o Decreto N° 7.423/2010, que regulamenta a Lei N° 8.958/1994, orientando a respeito das relações entre as IFES e as fundações de apoio credenciadas no MEC, de forma que essas fundações de apoio deem suporte ao desenvolvimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), como também o desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas, viabilizando condições adequadas para as IFES estabelecerem relações com o ambiente externo (BRASIL, 2010).

Outras duas legislações apontadas são o Decreto N° 6.170/2007 e a Portaria Interministerial N° 507/2011, que versam sobre a regulamentação dos convênios e dos contratos para a execução de projetos e atividades que envolvam transferência de recursos entre a Administração Pública federal e outras entidades, públicas ou privadas (BRASIL, 2007, 2011).

Ainda nesse contexto, é importante frisar que as parcerias que fomentam o financiamento na UFPB são regulamentadas internamente por meio da Resolução N° 35/2013 do seu Conselho Universitário, para estabelecer relações de colaboração com as Fundações de apoio quanto aos procedimentos operacionais, orçamentários e financeiros de projetos acadêmicos de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, desenvolvidos no âmbito da UFPB (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2019).

Dessa forma, estão diretamente envolvidos na gestão dos contratos para os financiamentos de captação de recursos externos na UFPB os seguintes setores e instituições credenciadas:

- Coordenação de Convênios – CODECON/PROPLAN/UFPB

A CODECON é uma coordenação de convênios que faz parte da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN e busca auxiliar a UFPB em seu desenvolvimento acadêmico de ensino pesquisa e extensão. Esse suporte é realizado por meio da celebração de acordos, convênios ou instrumentos similares entre a UFPB e instituições públicas e/ou privadas (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020).

É através dessa coordenação que a UFPB viabiliza a articulação entre suas diferentes unidades e as fundações de apoio credenciadas, buscando a captação de recursos externos, junto aos agentes financiadores de projetos ligados ao funcionamento institucional e desenvolvimento acadêmico, por meio de instrumentos contratuais específicos. A CODECON também tem como objetivo dar suporte na orientação da elaboração de projetos no âmbito acadêmico de ensino, pesquisa e extensão, assim como o desenvolvimento institucional e inovação tecnológica, com o propósito de formalizar acordos, convênios ou instrumentos contratuais dessa natureza com entidades públicas e privadas, que estejam alinhadas e comprometidas com as metas e os objetivos institucionais, em consonância com a legislação vigente (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020).

As fundações de apoio auxiliam as universidades com ideias e projetos, de modo que possam obter resultados relevantes para a pesquisa, o ensino, a extensão e o desenvolvimento científico e tecnológico.

De acordo com o *site* da CODECON, são fundações de apoio à UFPB nos processos de captação de recursos externos:

- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco – FADE – UFPE

Fundada em 1981, a Fade-UFPE é a uma fundação de direito privado e sem fins lucrativos, com credenciamento no MEC renovado a cada cinco anos, segundo seu estatuto, e com prazo de sua duração indeterminado. É uma instituição fiscalizada pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco – MPPE e pela Controladoria Geral da União - CGU. A Fade – UFPE apresenta como finalidade dar suporte à pesquisa, ensino e extensão, assim como o desenvolvimento científico e tecnológico de interesse das IFES, o que faz dela parte importante na implementação da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação do País. (FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2021).

A Fade – UFPE está autorizada para apoiar a UFPB, entre outras instituições, dando suporte nos projetos, acompanhamento financeiro, realizando aquisições e prestando contas dos recursos recebidos (FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2021).

- Fundação Parque Tecnológico da Paraíba – PaqTcPB

A Fundação PaqTcPB é uma instituição sem fins lucrativos constituída em 1984 com o olhar para o avanço científico e tecnológico da Paraíba. Foi criada com o apoio de três órgãos, quais sejam: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Paraíba – CNPq, UFPB, Governo do Estado da Paraíba e Banco do Estado da Paraíba – PARAIBAN. Seu público-alvo são basicamente instituições de pesquisa e desenvolvimento, instituições de ensino superior, órgãos de governo, empresas privadas e empreendimentos nascentes inovadores (FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA, 2021).

A PacTcPB tem como missão “executar ações de impacto para a promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação”. Sua sede e foro se localiza na cidade de Campina Grande, Paraíba.

Nessa perspectiva, ela disponibiliza alguns serviços importantes, como:

1. **Contratos e Convênios:** apoiando e viabilizando as contratações e o gerenciamento dos recursos entre os parceiros, além de otimizar os serviços e melhorar a comunicação. Também dá acesso a situação financeira dos projetos, disponibilizando as despesas e receitas dos projetos.

2. **Interviniência de Projetos:** dando suporte administrativo, e se utilizando de sua experiência para acompanhar e incentivar projetos. Disponibiliza serviços assessoramento à elaboração de projetos, gerenciamento dos recursos obtidos, administração individualizada de projetos, acompanhamento de projetos, preparação de contratos e acompanhamento de desembolsos.

3. **Apoio à Internacionalização:** impulsionando a competitividade com estímulo a cultura exportadora nas empresas, o Programa de Qualificação para Exportação - PEIEX disponibiliza às empresas soluções para melhorar seu desempenho competitivo, qualificando e ampliando os mercados para o comércio exterior.

4. **Incubadora:** apoiando, facilitando e tornando ideias inovadoras em empresas viáveis e orientadas para o futuro. Os projetos são acompanhados anualmente com o objetivo de aumentar as chances de crescimento através de apoio técnico e gerencial para cada entidade. Os serviços de Incubadora disponibilizam apoios como:

- a. Orientação Empresarial;
- b. Elaboração de Plano de Negócios;
- c. Informações tecnológicas e mercadológicas;
- d. Registro e legalização de empresas e produtos;
- e. Participação em eventos, treinamentos;
- f. Cooperação com universidades e centros de pesquisa.

Assim, as ações e os bons resultados alcançados pela PaqTcPB dão credibilidade a sua reputação política e profissional. A seguir, virá mais uma entidade de apoio às parcerias de fomento à ciência e a tecnologia no âmbito da UFPB.

- Fundação de Educação Tecnológica e Cultural da Paraíba – FUNETEC – PB

A FUNETEC-PB é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, criada em 1997 para atender a demanda de cursos de qualificação em função dos avanços tecnológicos e das necessidades do mercado de trabalho, e é regida pela Lei N° 8.958, de 20 de dezembro de 1994. Seu objetivo tem o foco na promoção e prestação de serviços voltados a pesquisa, extensão e consultorias, trabalhando ao lado de instituições públicas ou privadas, promovendo a assistência nas diferentes áreas de atuação, visando aperfeiçoar e facilitar as atividades no âmbito acadêmico (FUNDAÇÃO DE APOIO AO IFPB, 2021).

A regulamentação da Lei N° 8.958/94 foi feita pelo Decreto N° 7.423, de 31 de dezembro de 2010, e dispõe que as fundações de apoio às IFES visam dar suporte a projetos de desenvolvimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão), além do desenvolvimento institucional, científico e tecnológico de interesse das instituições apoiadas, e dessa forma criando condições adequadas para que as IFES estabeleçam relações com as entidades externas (BRASIL, 1994, 2010).

Também fazem parte do contexto de financiamento externo da UFPB outros dois setores, a INOVA e o IDEP, cujas funções são descritas abaixo:

- Agência UFPB de Inovação Tecnológica – INOVA

A INOVA, assim como o IDEP, também é um órgão suplementar da UFPB que foi criado pela Resolução N° 41/2013 do Conselho Universitário – CONSUNI (UFPB), e tem sede e foro na cidade de João Pessoa. Tanto o IDEP quanto a INOVA tem a função de ponte entre a ciência, a pesquisa e o setor produtivo e sua missão é “planejar, coordenar e controlar todas as atividades de inovação tecnológica, a exemplo de incubações de empresas de base tecnológica, propriedade intelectual, transferência e licenciamento de tecnologias mantidas pela UFPB” (AGÊNCIA UFPB DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2022, *online*).

Através da página inicial da INOVA, é possível ter acesso às ferramentas que orientam sobre diversas regras e procedimentos a serem seguidos pelos parceiros externos que tenham interesse nos projetos de cooperação. São elas: manual do inventor – expõe informações sobre propriedade intelectual, proteção de patentes, sigilo e confidencialidade, cadastro de pesquisadores e orientações sobre formalização de pesquisas científicas; portfólio – mostra projetos de diversos segmentos científicos e econômicos, assim como suas características, benefícios, perfil tecnológico e estudo de viabilidade. Alguns exemplos desses



portfólios estão relacionados a energia, combustíveis, máquinas e equipamentos e alimentos e bebidas; leis – informa sobre legislações como resoluções, leis e decretos que versam sobre incentivos à inovação, direitos e obrigações à propriedade intelectual, estímulos ao desenvolvimento científico e à inovação, atividade de incubação empresarial de base tecnológica da INOVA – UFPB no âmbito da UFPB, entre outras regulamentações; seja um parceiro – apresenta um formulário no *Google Forms* para cadastrar empresas ou instituições que tenham interesse em fazer parceria com a INOVA – UFPB (AGÊNCIA UFPB DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 2022).

Após essas explanações sobre a INOVA, apresenta-se mais uma entidade criada para contribuir com o desenvolvimento científico e tecnológico da UFPB.

- Instituto UFPB de Desenvolvimento da Paraíba – IDEP

O IDEP foi criado pela Resolução N° 32/20211 do Conselho Universitário da UFPB por acreditar que a UFPB tem grande potencial de produção acadêmica, científica e tecnológica, e, com isso, pode contribuir para o desenvolvimento do estado da Paraíba em níveis de geração, difusão e absorção de ciência e tecnologia. De acordo com seu regimento interno, o IDEP é um órgão suplementar da UFPB, com sede e foro na cidade de João Pessoa, que tem como missão institucional produzir, disseminar e promover a aplicação de conhecimentos científico-tecnológicos, artísticos e culturais integrados ao desenvolvimento socioeconômico sustentável da Paraíba (INSTITUTO UFPB DE DESENVOLVIMENTO DA PARAÍBA, 2022).

Ressalte-se que os dados analisados na próxima seção desta pesquisa envolvem informações internas obtidas apenas da CODECON/UFPB, que, com suporte das Fundações de Apoio credenciadas, gerencia os contratos de captação de recursos externos entre a UFPB e seus parceiros financiadores.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo, trataremos dos dados coletados junto aos documentos oficiais da UFPB, entre os nos anos de 2017 e 2020, que foram extraídos dos instrumentos jurídicos contratos e convênios celebrados entre a UFPB e outras instituições com as quais ela possui parcerias. Esses instrumentos estão disponíveis publicamente no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – SIPAC (<https://sipac.ufpb.br/sipac/>). Também houve busca e tratamento dos dados extraídos do painel do orçamento federal, que está disponível em consulta livre no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP (<https://www.siop.planejamento.gov.br/>). Buscou-se, assim, uma resposta para o problema desta pesquisa por meio da análise comparativa entre documentos públicos oficiais.

Os resultados obtidos pelo estudo são apresentados com base no cruzamento de dados dos instrumentos jurídicos celebrados e formalizados pela Coordenação de Convênios – CODECON e da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento – PROPLAN/UFPB.

Os dados que estão apresentados a seguir, em ordem cronológica, trazem informações contratuais sobre cada projeto firmado entre a UFPB e seus parceiros externos.

### 4.1 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2017

No quadro 2, estão disponíveis as informações essenciais sobre os contratos firmados entre a UFPB e outras entidades externas no ano de 2017. Nesse ano, estão registrados no SIPAC da UFPB apenas 4 contratos com captação de valores monetários, representando entradas de recursos orçamentários para possíveis aplicações nas ações acadêmicas (graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão) ou na ação de funcionamento institucional. Para que uma instituição, pública ou privada, funcione adequadamente, ela precisa ter recursos financeiros suficientes para dar cobertura a suas despesas relacionadas às suas atividades, esses recursos financeiros também podem ser chamados de orçamento de custeio, que são verbas destinadas para o pagamento de contas de água, luz, serviços terceirizados como limpeza, segurança, restaurante universitário, estagiários, bolsas de pesquisas acadêmicas, reformas e bolsas de auxílio para estudantes.

**Quadro 2:** Contratos de captação de recursos financeiros em 2017.

2017		2017	
CONTRATO Nº	550	CONTRATO Nº	551

CONCEDENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S.A	CONCEDENTE	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA
VALOR	R\$ 717.936,00	VALOR	R\$ 516.898,80
CENTRO	CCEN	CENTRO	CEAR
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Desenvolver catalisadores para redução catalítica de NO com CO, em regeneradores de craqueamento catalítico.	OBJETIVO	Intercâmbio acadêmico na universidade americana com o estudo direcionado para disciplinas de Engenharia Automotiva focado nas áreas de sistemas embarcados, software e controle.
2017		2017	
CONTRATO Nº	552	CONTRATO Nº	553
CONCEDENTE	REDE NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA - RNP	CONCEDENTE	CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A e CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A
VALOR	R\$ 682.168,20	VALOR	R\$ 426.180,00
CENTRO	REITORIA	CENTRO	CEAR
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Cooperação técnico – científica – acadêmica e Administrativa entre RNP, PaqTcPB e UFPB para implantação do projeto “ESR-JPA: Um Arcabouço para o desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico”.	OBJETIVO	Desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico “Arranjos Técnicos e Comerciais para a Inserção de Sistemas de Armazenamento de Energia em Combinação com sistemas de geração distribuída nas redes de Distribuição Brasileira”

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O quadro 2 indica que houve um montante de captação de recursos externos no valor de R\$ 2.343.183,00 (dois milhões, trezentos e quarenta e três mil, cento e oitenta e três reais), destinados financiar apenas projetos na área de desenvolvimento acadêmico. É importante frisar que esses contratos visaram, principalmente, ao desenvolvimento de produtos e serviços para as instituições parceiras.

A seguir, no quadro 3, serão apresentadas as análises das quantidades investidas em cada centro de ensino, no ano de 2017, considerando o valor total de recursos externos captados e os valores individuais e percentuais, assim como também uma observação quanto à esfera de origem desses recursos, se pública ou privada:

**Quadro 3:** Valores dos contratos de captação de recursos financeiros em 2017.

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS		FONTES				
		CONTRATOS		ORIGEM DO RECURSO	ACÇÃO DO INVESTIMENTO	
		Nº	VALOR (R\$) / PERCENTUAL (%)	PÚBLICO (1) / PRIVADO (2)	(1) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL (2) DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	
CENTRO	CCEN	550	717.936,00	30,64	(2)	(2)
CENTRO	CEAR	551	516.898,80 682.168,20	22,06 29,11	(2)	(2)
CENTRO	CEAR	552			(2)	(2)
CENTRO	REITORIA	553	426.180,00	18,19	(2)	(2)
TOTAIS			2.343.183,00	100	(1) R\$ 0,00 (2) R\$ 2.343.183,00	(1) R\$ 0,00 (0%) (2) R\$ 2.343.183,00 (100%)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 3 destaca que esses valores foram destinados para financiamentos de projetos em diferentes centros, conforme está indicado nas colunas das categorias e subcategorias. Os centros e suas respectivas áreas do conhecimento que captaram recursos externos nesse ano foram: o Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN, que abrange as áreas de Ciências, Ciências Biológicas (presencial e EAD), Estatística, Física, Geografia, Matemática (presencial e EAD) e Química; o Centro de Energias e Alternativas Renováveis - CEAR com os cursos de Engenharia de Energias Renováveis e Engenharia Elétrica; e a Reitoria, órgão executivo da administração superior que coordena todas as atividades administrativas e acadêmicas da Universidade.

Outra perspectiva observada nesses contratos celebrados entre a UFPB e outras entidades, em 2017, foi dos recursos (públicos ou privados), onde os recursos privados representaram o total das receitas captadas. Não houve recursos públicos financiando projetos nesse ano. Isso demonstra que a iniciativa privada investiu sozinha no financiamento externo no ano analisado. No tocante as ações de investimentos, foi observado também que 100% dos

recursos externos de 2017 foram direcionados para o “desenvolvimento acadêmico”, ou seja, nesse período, não houve captação de recursos para a ação de “funcionamento institucional”.

Evidencia-se, neste momento, alguns dados relacionados aos centros que firmaram parcerias e obtiveram recursos externos ao orçamento federal:

O Centro de Energias e Alternativas e Renováveis - CEAR foi o que mais captou investimentos financeiros em 2017, com dois contratos firmados que corresponderam a 51,17% do orçamento de captação externa nesse período.

O segundo centro de ensino com maior volume de receitas externas captadas foi o Centro de Ciências Exatas e da Natureza - CCEN que, com apenas um contrato, obteve 30,64% do total dos recursos de 2017. O referido contrato também teve a origem do recurso da iniciativa privada e a ação do investimento aplicado no desenvolvimento acadêmico.

A Reitoria fez parceria externa por meio de um contrato, que representou 18,19% dos investimentos totais.

Imediatamente a essas compreensões, é relevante frisar também que foi analisado o orçamento ordinário que o MEC disponibilizou para a UFPB em 2017, assim como os direcionamentos desses valores nos eixos das ações de funcionamento institucional e de desenvolvimento acadêmico. Portanto, com o objetivo de realizar essa análise comparativa mais consistente, também se utilizou de dados extraídos do painel do orçamento federal, disponível no SIOP, conforme apresenta-se abaixo:

**Figura 5:** Painel do Orçamento Federal em 2017

Ano	Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária	Ação	Resultado Primário	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Total</b>					<b>102.862.892</b>	<b>95.786.242</b>	<b>77.187.583</b>	<b>75.639.404</b>
2017	26000 - Ministério da Educação	26240 - Universidade Federal da Paraíba	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	766.300	725.145	504.796	504.096
			20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	102.096.592	95.061.097	76.682.787	75.135.308

**Fonte:** Site do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2021).

O orçamento discricionário, trazido na figura acima representa a margem do orçamento não obrigatório que a UFPB pode aplicar de acordo com as áreas que tem mais necessidade. De acordo com Peres (2019), o orçamento discricionário é aquele que a administração tem maior poder de decisão para direcionar seus recursos. Dessa maneira, aqui só foram considerados os valores do orçamento discricionário, porque sua natureza se aproxima da destinada aos recursos captados pelas parcerias firmadas entre as universidades e instituições externas.

Assim, a figura 5 indica as dotações orçamentárias que o MEC direcionou para a UFPB em 2017. Apoiando-se nessas informações oficiais, foram realizadas comparações orçamentárias com os recursos externos captados nesse ano.

Nesse sentido, foram analisadas as ações do “funcionamento de instituições federais de ensino superior” e as ações de “desenvolvimento acadêmico” que apoiam a graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.

Os dados a seguir apresentam os recursos internos e externos que a UFPB recebeu em 2017 quanto às duas ações citadas:

**Quadro 4:** Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2017.

<b>AÇÃO</b>	<b>RECURSOS DO MEC</b>	<b>RECURSOS EXTERNOS</b>
Funcionamento institucional	R\$ 102.096.592,00	R\$ 0,00
Desenvolvimento acadêmico	R\$ 766.300,00	R\$ 2.343.183,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Observando as informações acima expostas, é possível perceber que os valores para o funcionamento institucional apenas apresentaram receitas originárias do MEC, não havendo captação de recursos externos para esse tipo de ação. Já os valores para o desenvolvimento acadêmico indicaram um volume maior de receitas resultantes dos recursos externos que as receitas orçamentárias do MEC.

Com isso, ao compararmos os valores de “mesma ação” entre si com as diferentes origens dos recursos, temos as seguintes deduções:

A soma dos recursos totais (MEC e recursos externos) para o funcionamento institucional foi de R\$ 102.096.592,00 e os recursos totais (MEC e Recursos externos) para a ação de desenvolvimento acadêmico foi de R\$ 3.109.483,00.

Nesse sentido, compreende-se que a ação de “funcionamento institucional” com os recursos do MEC (R\$ 102.096.592,00) representou o percentual 100,00% sobre o total dessa ação. Já os recursos oriundos de financiamento externo para a mesma ação (R\$ 0,00) não teve investimento nesse período.

Percebe-se também que a ação de “desenvolvimento acadêmico” com os recursos provenientes do MEC (R\$ 766.300,00) representou 24,64% do volume para esse eixo, já os recursos de financiamento externo (R\$ 2.343.183,00) corresponderam a 75,36%. Ou seja, no ano de 2017, foi o financiamento externo o principal responsável por suprir recursos para o desenvolvimento acadêmico na UFPB, o que demonstra claramente sua importância para a instituição, ao tempo que, também expressa uma preocupação, a de que esses recursos foram investidos em poucos centros de ensino da universidade, o que, por sua vez, também

demonstra que, nesse período, em relação a essas ações de desenvolvimento acadêmico, algumas áreas, como a das Ciências Exatas, se privilegiaram e captaram mais recursos que outras.

#### 4.2 ABORDAGEM DAS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2018

No quadro 5 adiante, estão disponíveis as informações essenciais sobre os contratos firmados entre a UFPB e outras entidades externas, no ano de 2018. Nesse ano, foram registrados no SIPAC da UFPB onze contratos com captação de valores monetários representando entradas de recursos orçamentários para possíveis aplicações nas ações de desenvolvimento acadêmico (graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão) ou nas ações de funcionamento institucional.

**Quadro 5:** Contratos de captação de recursos financeiros em 2018.

2018		2018	
CONTRATO Nº	287	CONTRATO Nº	288
CONCEDENTE	MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 204.562,50	VALOR	R\$ 1.581.896,00
CENTRO	CCS	CENTRO	MULTIDISCIPLINAR
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Explorar a utilização do fluxo eletrocinético no esmalte dentário com o objetivo de testar sua aplicação clínica na odontologia.	OBJETIVO	Construção de prédios voltados para a pesquisa), da infraestrutura de equipamentos de grande, médio e pequeno porte, além de manutenção de laboratórios.
2018		2018	
CONTRATO Nº	289	CONTRATO Nº	290
CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 3.822.752,02	VALOR	R\$ 9.603.227,00
CENTRO	CT	CENTRO	MULTIDISCIPLINAR
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Atualização e manutenção	OBJETIVO	Melhoria da infraestrutura

	dos equipamentos de grande e médio porte do laboratório multiusuário de caracterização e análises LMCA/UFPB.		multiusuária de pesquisa da UFPB.
2018		2018	
CONTRATO Nº	291	CONTRATO Nº	292
CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 9.851.487,00	VALOR	R\$ 5.751.716,47
CENTRO	MULTIDISCIPLINAR	CENTRO	MULTIDISCIPLINAR
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Melhoria da infraestrutura multiusuária de pesquisa da UFPB.	OBJETIVO	Ampliação da infraestrutura multiusuária de pesquisa e de pós-graduação da UFPB, com foco na modernização de laboratórios.
2018		2018	
CONTRATO Nº	293	CONTRATO Nº	294
CONCEDENTE	CINCO ELEMENTOS PRODUÇÕES LTDA	CONCEDENTE	ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL
VALOR	R\$ 124.346,17	VALOR	R\$ 131.620,00
CENTRO	CEAR	CENTRO	CEAR
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Projetar um carro elétrico, tipo fórmula, utilizando peças do mercado automotivo e trazer essa tendência mundial para mais próximo da comunidade local, apresentando as vantagens e os desafios para tomar essa tecnologia uma realidade no Brasil.	OBJETIVO	Curso de especialização em educação financeira através da disseminação de informação, cultura, práticas e ações que transformem a relação das pessoas com os serviços e inovações financeiras, principalmente desde a infância.
2018		2018	



CONTRATO Nº	295	CONTRATO Nº	296
CONCEDENTE	FCA FIAT CHRYSLER AUTOMÓVEIS BRASIL LTDA	CONCEDENTE	PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS
VALOR	R\$ 302.020,59	VALOR	R\$ 1.084.382,08
CENTRO	CEAR / ENG. ELÉTRICA	CENTRO	CI
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Articulação entre FCA Fiat Chrysler Automóveis Brasil LTDA, a Universidade Federal da Paraíba, a Universidade Federal de Campina Grande e a fundação parque tecnológico da paraíba (PaqTcPB) para execução do programa de capacitação internacional em engenharia automotiva.	OBJETIVO	União de esforços dos Partícipes para o desenvolvimento do Projeto de P&D intitulado “identificação de zonas de produção e recuperação de óleo por unidades de fluxo hidráulico e simulações computacionais”.
2018			
CONTRATO Nº	297		
CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP		
VALOR	R\$ 487.025,81		
CENTRO	CT		
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO		
AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL		
OBJETIVO	Execução do Projeto intitulado “Finalização das obras da Universidade Federal da Paraíba, apoiadas pela Finep no CTINFRA.		

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 5 apresenta informações públicas dos contratos celebrados entre a UFPB e outros entes externos que deram subsídio para analisar pontos importantes a respeito da captação de recursos e das respectivas aplicações desses investimentos no tocante às ações do funcionamento institucional e do desenvolvimento acadêmico. Para uma análise mais robusta,

também se utilizou de dados extraídos do painel do orçamento federal com mesmo direcionamento das ações citadas.

A seguir, no quadro 6, são apresentadas as análises dos valores captados e aplicados em cada centro, considerando o valor total de recursos externos captados, os valores individuais e percentuais, a origem da receita, se pública ou privada, assim como a ação do investimento, observando se foi para o funcionamento institucional ou para o desenvolvimento acadêmico.

**Quadro 6:** Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2018.

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS		FONTES				
		CONTRATOS		ORIGEM DO RECURSO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	
		Nº	VALOR (R\$) / PERCENTUAL (%)	PÚBLICO (1) / PRIVADO (2)	(1) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL (2) DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	
CENTRO	CCS	287	204.562,50	0,62	(2)	(2)
CENTRO	CT	289	3.822.752,02	11,60	(1)	(1)
CENTRO	CT	297	487.025,81	1,48	(1)	(1)
CENTRO	MULTI DISCIPLINAR	288	1.581.896,00 9.603.227,00 9.851.487,00 5.751.716,47	4,80 29,15 29,90 17,46	(1)	(1)
CENTRO	MULTI DISCIPLINAR	290			(1)	(1)
CENTRO	MULTI DISCIPLINAR	291			(1)	(1)
CENTRO	MULTI DISCIPLINAR	292			(1)	(1)
CENTRO	CEAR	293			124.346,17	0,38
CENTRO	CEAR	294	131.620,00	0,40	(2)	(2)
CENTRO	CEAR	295	302.020,59	0,92	(2)	(2)
CENTRO	CI	296	1.084.382,08	3,29	(1)	(2)
TOTALS			32.945.035,64	100	(1) R\$ 32.306.832,55 (2) R\$ 638.203,09	(1) R\$ 31.098.104,30 (94,39%) (2) R\$ 1.846.931,34 (5,61%)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 6 informa que, somando-se todos os contratos do período, houve uma captação de recursos externos no montante de R\$ 32.945.035,64 (trinta e dois milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos). Esses valores foram destinados ao financiamento de projetos em diferentes cursos e áreas, conforme está demonstrado nas colunas das categorias e subcategorias.

Os demais aspectos observados nos onze contratos celebrados entre a UFPB e outras entidades, em 2018, foram: a origem dos recursos (públicos e privados), onde os recursos públicos representaram 98,06% do montante captado, e os recursos privados significaram 1,94%, demonstrando que o volume de recursos captados de entidades públicas foi maior em relação ao montante de recursos captados da iniciativa privada, apontando para um cenário totalmente diverso do ano anterior, 2017, onde prevaleceram apenas os recursos de origem privada. Quanto às ações de investimentos, foi observado que 94,39% dos recursos externos, em 2018, foram direcionados para investimentos do “funcionamento institucional” e 5,61% foram direcionados para o “desenvolvimento acadêmico”, indicando que a maior parte dos recursos externos captados nesse período foi aplicada em melhorias de infraestruturas, construção de novos prédios e atualização e manutenção de equipamentos diversos na UFPB. Aqui também há uma mudança em relação aos investimentos externos captados no ano anterior, de 2017, quando não houve nenhum investimento externo no funcionamento institucional.

A seguir, estão expostos mais alguns dados relacionados a alguns centros, beneficiados com os recursos externos ao orçamento federal.

A área multidisciplinar foi assim definida, pois, em quatro contratos (288, 290, 291 e 292) do ano de 2018, os montantes de cada contrato foram direcionados para cursos de diversas áreas, sem especificar os valores alocados em cada curso ou área. Levando isso em consideração, a área multidisciplinar foi a que mais teve investimentos em 2018. Nessa subcategoria foram firmados quatro contratos, com o aporte de 81,31% de toda a captação desse período, o que representou, monetariamente, o valor de R\$ 26.788.326,47. A origem desses recursos foi 100% de entidades públicas externas ao orçamento federal destinado a UFPB, e as ações de investimentos para essa área multidisciplinar também teve seu recurso 100% aplicado no funcionamento institucional. Aqui temos outra diferença significativa quando comparamos com o ano anterior, quando algumas áreas foram privilegiadas na captação desses recursos, centralizando-os em alguns centros de ensino. O investimento multidisciplinar significa que esses recursos, possivelmente, foram mais bem distribuídos entre diferentes centros da universidade e, por sua vez, em diferentes áreas do conhecimento.

A segunda área com maior captação de receita externa foi o Centro de Tecnologia - CT, com destinação de orçamento para o curso de Engenharia Civil e para a área de Tecnologia da Informação. Foram dois contratos firmados, os quais somaram o montante de R\$ 4.309.777,83 que representa percentualmente 13,08% das receitas externas captadas em 2018. Esses contratos foram firmados com entidades públicas, e as ações dos investimentos

foram direcionadas para o funcionamento institucional. Fica claro que, até mesmo na área de exatas, o investimento externo deixou de ser exclusivamente para o desenvolvimento acadêmico e passou a se diversificar, indo também para o funcionamento da instituição.

O Centro de Informática - CI teve um financiamento no valor de R\$ 1.084.382,08 que representou 3,29% do total dos recursos de 2018. A origem desse financiamento também foi pública e a ação de investimento se deu na direção do desenvolvimento acadêmico.

Já o Centro de Energias e Alternativas e Renováveis - CEAR teve três contratos com recursos externos no valor de R\$ 557.986,76 que correspondeu a 1,69% dos recursos totais no ano analisado. A origem dos recursos para esse centro foi diversificada, sendo um dos contratos com uma entidade pública e os outros dois com entidades privadas, e a ação de investimento foi toda direcionada para o desenvolvimento acadêmico, com a destinação dos recursos voltada para o curso de Engenharia Elétrica.

O Centro de Saúde – CCS também fez parceria com um único financiador e captou receita externa no montante de R\$ 204.562,50, o que correspondeu a 0,62% do volume de todas as receitas captadas em 2018. A origem desse recurso foi privada e a ação de investimento foi direcionada para o desenvolvimento acadêmico do curso de Odontologia. Nesse contrato, destaca-se a parceria com uma instituição de origem estrangeira, o Massachusetts Institute of Technology – MIT, o que deixa evidente a importância da UFPB como instituição de ensino e pesquisa que desperta o interesse para firmar parcerias e captar recursos também no cenário internacional.

Dito isso, a seguir apresenta-se o orçamento discricionário que o Ministério da Educação destinou para a UFPB aplicar nas ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão, assim como no seu funcionamento no ano de 2018.

**Figura 6:** Painel do Orçamento Federal em 2018

Ano	Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária	Ação	Resultado Primário	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Total</b>					<b>102.745.797</b>	<b>100.938.750</b>	<b>77.863.582</b>	<b>74.910.084</b>
2018	26000 - Ministério da Educação	26240 - Universidade Federal da Paraíba	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	72.000	55.502	20.339	20.339
			20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	102.673.797	100.883.248	77.843.243	74.889.744

**Fonte:** Site do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2021).

A figura 6 apresenta as dotações orçamentárias discricionárias, assim como os valores empenhados, liquidados e pagos que o MEC direcionou para a UFPB em 2018. A

partir desses dados, foram feitas comparações dos valores das dotações orçamentárias com os recursos externos captados no mesmo período.

Cabe destacar duas ações que foram analisadas quanto às entradas de investimentos do orçamento federal (MEC), assim como do financiamento externo ao orçamento ordinário, sendo elas: (1) fomento às ações de graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão; e (2) funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

Os dados a seguir mostram os recursos internos e externos que a UFPB recebeu em 2018 quanto às duas ações destacadas:

**Quadro 7:** Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2018.

<b>AÇÃO</b>	<b>RECURSOS DO MEC</b>	<b>RECURSOS EXTERNOS</b>
Funcionamento institucional	R\$ 102.673.797,00	R\$ 31.098.104,30
Desenvolvimento acadêmico	R\$ 72.000,00	R\$ 1.846.931,34

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

A partir dos dados apresentados, é possível perceber que o volume de recursos direcionados para o “funcionamento institucional” foi maior que as receitas destinadas para o “desenvolvimento acadêmico”, tanto quanto aos recursos ordinários disponibilizados pelo MEC quanto aos recursos externos captados pelos projetos e contratos de financiamento.

Nesse sentido, se os volumes de “mesma ação” forem comparados “entre si”, mas com diferentes origens de recursos, temos as seguintes compreensões:

Somadas as diferentes origens dos recursos, temos que os valores totais para a ação de funcionamento institucional foram de R\$ 133.771.901,30, e os recursos totais para a ação de desenvolvimento acadêmico foram de R\$ 1.918.931,34.

Nesse sentido, depreende-se que a ação de “funcionamento institucional” com os recursos oriundos do MEC (R\$ 102.673.797,00) representaram o percentual 76,75% sobre o total. Já os recursos de financiamento externo para a mesma ação (R\$ 31.098.104,30) representaram 23,25% do montante.

Percebe-se também que a ação de “desenvolvimento acadêmico” com os recursos provenientes do MEC (R\$ 72.000,00) representou 3,75% do volume para esse eixo, e os recursos de financiamento externo (R\$ 1.846.931,34) corresponderam a 96,25%.

Após essas observações, é possível inferir que no ano de 2018 a UFPB teve um maior volume de recursos vindos do MEC (orçamento ordinário da União), destinado ao funcionamento institucional, ou seja, os recursos de financiamento externo foram inferiores para a mesma ação nesse período. Há então, uma manutenção do que aconteceu no ano

anterior, de 2017, quando a origem dos recursos para esse tipo de ação também foi majoritariamente do MEC.

Em sentido contrário, percebe-se que a ação de desenvolvimento acadêmico teve mais impacto no que consiste os recursos de financiamentos externos no mesmo período. Isso significa também que os recursos de origem do MEC foram menores para essa ação no ano de 2018. O cenário aqui também se mantém igual ao do ano anterior, com manutenção significativo das ações de desenvolvimento acadêmico por meio dos recursos externos, demonstrando, mais uma vez, a importância desses recursos para a existência e manutenção da maior parte das atividades acadêmicas na UFPB, como é o caso das pesquisas desenvolvidas na universidade.

#### 4.3 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2019

O Quadro 8 apresenta elementos sobre os contratos firmados entre a UFPB e outras organizações financiadoras de projetos em 2019. No ano citado, foram registrados seis contratos na seção de consulta pública de processos no SIPAC.

**Quadro 8:** Contratos de captação de recursos financeiros em 2019.

2019		2019	
CONTRATO Nº	99	CONTRATO Nº	128
CONCEDENTE	MUNICÍPIO DE CAAPORÃ	CONCEDENTE	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO – SEDH
VALOR	R\$ 24.656,38	VALOR	R\$ 31.980,00
CENTRO	CCHLA	CENTRO	CCHLA
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Realizar o processo seletivo dos candidatos inscritos e habilitados pelo CMDCA – CAAPORÃ para atuar na defesa e proteção dos direitos de criança e adolescentes, conforme o prescrito nos instrumentos internacionais e nacionais.	OBJETIVO	Avaliar e atualizar os projetos pedagógicos e os regimentos internos da FUNDAC-PB; Realizar levantamento diagnóstico sobre as condições de implementação e de efetividade dos atuais projetos pedagógicos e regimentos internos da FUNDAC-PB.
2019		2019	

CONTRATO Nº	140	CONTRATO Nº	147
CONCEDENTE	SYNCHRO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 527.724,00	VALOR	R\$ 191.315,00
CENTRO	CI	CENTRO	CCEN
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Propor e validar soluções inovadoras aplicadas à problemática do contexto fiscal, tributário e contábil.	OBJETIVO	Manutenção corretiva dos equipamentos multiusuários do centro de tecnologia da UFPB; Aquisição de microanalisador de raios-x; Instalação e operacionalização do microanalisador de raios-x.
2019		2019	
CONTRATO Nº	165	CONTRATO Nº	166
CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 71.268,00	VALOR	R\$ 76.218,00
CENTRO	CCS	CENTRO	CCS
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Dar suporte às atividades de pesquisa do Laboratório Multiusuário de Caracterização e Análise (LMCA).	OBJETIVO	Restaurar as condições de utilização da Usina de Produção de Nitrogênio Líquido do Laboratório Multiusuário de Caracterização e Análise (LMCA).

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 8 apresenta dados sobre os contratos celebrados entre a UFPB e outros parceiros. Essas informações auxiliaram a análise de pontos importantes a respeito da captação de recursos e das respectivas aplicações desses investimentos no tocante às ações do funcionamento institucional e do desenvolvimento acadêmico.

Logo abaixo, no Quadro 9, são apresentadas as análises dos valores captados e aplicados em cada centro, levando em conta o valor total de recursos externos captados, os valores individuais e percentuais como: a origem da receita, se pública ou privada e a ação do

investimento, observando se foi para o funcionamento institucional ou para o desenvolvimento acadêmico.

**Quadro 9:** Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2019.

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS		FONTES				
		CONTRATOS		ORIGEM DO RECURSO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	
		Nº	VALOR (R\$) / PERCENTUAL (%)	PÚBLICO (1) / PRIVADO (2)	(1) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL (2) DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	
CENTRO	CCHLA	99	24.656,38	2,67	(1)	(2)
			31.980,00	3,46		
CENTRO	CCHLA	128			(1)	(2)
CENTRO	CI	140	527.724,00	57,16	(2)	(2)
CENTRO	CCEN	147	191.315,00	20,72	(1)	(1)
CENTRO	CCS	165	71.268,00	7,72	(1)	(2)
			76.218,00	8,26		
CENTRO	CCS	166			(1)	(1)
TOTAIS			923.161,38	100	(1) R\$ 395.437,38 (2) R\$ 527.724,00	(1) R\$ 267.533,00 (28,98%) (2) R\$ 655.628,38 (71,02%)

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 9 aponta que, nos contratos de 2019, houve uma captação de recursos no montante de R\$ 923.161,38 (novecentos e vinte e três mil, cento e sessenta e um reais e trinta e oito centavos). Os referidos valores foram direcionados ao financiamento de projetos em diferentes cursos e áreas, conforme está demonstrado nas colunas das categorias e subcategorias.

As outras perspectivas observadas nos seis contratos celebrados entre a UFPB e outras entidades, em 2019, foram: as origens dos recursos (públicos ou privados), sendo que os recursos públicos representaram 42,84% do total captado, e os recursos privados representaram 57,16% da captação de recursos no mesmo período, demonstrando que o volume de recursos captados da iniciativa privada foi maior nesse ano em relação ao montante de recursos captados das parcerias com o setor público. Temos em 2019 um cenário igual do ano de 2017, quando as parcerias privadas voltaram a ser mais significativas do que as de origem pública, o que demonstra também variação entre as parcerias de um ano para outro.

No que tange às ações de investimentos, foi observado que 28,98% dos recursos externos em 2019 foram direcionados para investimentos do “funcionamento institucional” e



71,02% foi direcionado para o “desenvolvimento acadêmico”, dando suporte às atividades de projetos, pesquisa, extensão e inovações tecnológicas.

Assim, expomos adiante, com maiores detalhes, outros dados relacionados aos centros de ensino que firmaram parcerias e obtiveram recursos externos ao orçamento federal:

O Centro de Informática - CI foi o que mais captou investimentos financeiros externos em 2019. Em um único contrato firmado, esse centro foi responsável por 57,16% do orçamento de captação do período. O contrato teve a origem do recurso de uma entidade privada, e a ação do investimento foi voltada para o desenvolvimento acadêmico.

O segundo centro com maior volume de receitas externas foi o Centro de Ciências Exatas e da Natureza – CCEN, que obteve 20,72% do total do orçamento de 2019. O referido contrato teve origem de recurso oriundo do setor público, e a ação do investimento foi aplicada no funcionamento institucional.

Já o Centro de Ciências da Saúde – CCS foi o terceiro que mais recebeu aporte financeiro captado por meio de financiamento de parcerias externas, tendo uma representação de 15,98% do orçamento global de captação desse ano. Foram dois contratos com origens de recursos públicos e ações de investimentos diversificadas, ou seja, um dos contratos com ação voltada para o funcionamento institucional e outro voltado para o desenvolvimento acadêmico.

O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA fez parcerias externas por meio de dois contratos, o que representou 6,14% dos investimentos totais, sendo 100% dos recursos de origem pública destinados a ação de investimento do desenvolvimento acadêmico. Vale ressaltar que, de 2017 até aqui, esse é o primeiro registro de contratos firmados com um centro da área de Humanidades, pois, até então, todas as parcerias haviam sido realizadas com centros de ensino nas áreas de Exatas ou Saúde.

Em seguida a essas compreensões, é relevante frisar também que foi analisado o orçamento ordinário que o MEC disponibilizou para a UFPB em 2019, assim como os direcionamentos desses valores nos eixos da ação de funcionamento institucional e da ação de desenvolvimento acadêmico. Isso posto, apresenta-se abaixo o orçamento discricionário do governo federal para a UFPB nesse período:

**Figura 7:** Painel do Orçamento Federal em 2019

Ano	Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária	Ação	Resultado Primário	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Total</b>					<b>86.537.295</b>	<b>85.096.253</b>	<b>58.489.212</b>	<b>56.532.936</b>
2019	26000 - Ministério da Educação	26240 - Universidade Federal da Paraíba	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	228.392	106.933	80.363	76.395
			20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	86.308.903	84.989.321	58.408.849	56.456.541

**Fonte:** Site do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2021).

A figura 7 indica as dotações orçamentárias que o MEC destinou para a UFPB em 2019. Com sustentação nesses dados, foram feitas comparações nas dotações orçamentárias com os recursos externos captados nesse ano.

Nesse sentido, foram analisadas as ações do “funcionamento de instituições federais de ensino superior” e as ações de “desenvolvimento acadêmico” que apoiam a graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão. Vale ressaltar que a análise foi realizada com base nas receitas diretas do MEC e nas receitas externas captadas via parcerias bilaterais.

As próximas informações apresentam os recursos internos e externos que a UFPB recebeu em 2019 quanto às duas ações citadas:

**Quadro 10:** Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2019.

ACÇÃO	RECURSOS DO MEC	RECURSOS EXTERNOS
Funcionamento institucional	R\$ 86.308.903,00	R\$ 267.533,00
Desenvolvimento acadêmico	R\$ 228.392,00	R\$ 665.628,38

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Observando as informações expostas, é possível perceber que os valores para o funcionamento institucional apresentaram mais receitas do MEC do que os valores captados de recursos externos. Em oposição, os valores para o desenvolvimento acadêmico indicaram maiores receitas dos recursos externos em relação ao orçamento do MEC. É possível perceber uma manutenção para a destinação desses recursos, sendo, até aqui, o MEC o maior financiador do funcionamento institucional, e as instituições externas, as maiores garantidoras do desenvolvimento acadêmico, assim como ocorreu em 2017 e 2018.

Sendo assim, se os valores de “mesma ação” forem comparados “entre eles”, com origens diferentes dos recursos, temos as seguintes deduções:

Os recursos totais para a ação de funcionamento institucional foram de R\$ 86.576.436,00, e os recursos totais para a ação de desenvolvimento acadêmico foram de R\$ 884.020,38.

Nesse sentido, compreende-se que a ação de “funcionamento institucional” com os recursos do MEC (R\$ 86.308.903,00) representou o percentual 99,69% sobre o total dessa ação. Já os recursos de financiamento externo para a mesma ação (R\$ 267.533,00) representaram 0,31% do montante.

Percebe-se também que a ação de “desenvolvimento acadêmico” com os recursos provenientes do MEC (R\$ 228.392,00) representou 25,83% do volume para esse eixo, e os recursos de financiamento externo (R\$ 655.628,38) corresponderam a 74,17%.

#### 4.4 ABORDAGEM SOBRE AS PARCERIAS EXTERNAS NO ANO DE 2020

O Quadro 11 apresenta dados sobre os contratos firmados entre a UFPB e outras entidades financiadoras de projetos acadêmicos em 2020. No ano citado, foram registrados dezoito contratos na seção de consulta pública de processos no SIPAC.

**Quadro 11:** Contratos de captação de recursos financeiros em 2020.

2020		2020	
CONTRATO Nº	04	CONTRATO Nº	05
CONCEDENTE	FADE	CONCEDENTE	COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA – CAGEPA
VALOR	R\$ 120.762,24	VALOR	R\$ 20.424,96
CENTRO	CEAR	CENTRO	CCSA
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Inserção de estudantes e da comunidade em geral nas atividades do laboratório multiusuário, com o objetivo de incentivar a cultura maker ou “faça você mesmo.	OBJETIVO	Identificar oportunidades de atenuação de perdas materiais e financeiras, causadas pelos clientes/usuários, decorrentes do uso indevido de recursos e serviços ofertados pela empresa.
2020		2020	
CONTRATO Nº	14	CONTRATO Nº	15
CONCEDENTE	IFPB	CONCEDENTE	FADE
VALOR	R\$ 182.499,98	VALOR	R\$ 19.800,00
CENTRO	CE	CENTRO	CCA
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO	DESENVOLVIMENTO	AÇÃO DO	DESENVOLVIMENTO

INVESTIMENTO	ACADÊMICO	INVESTIMENTO	ACADÊMICO
OBJETIVO	Qualificação de servidores técnico-administrativos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB) em nível de Pós-Graduação – Mestrado Profissional.	OBJETIVO	Avaliar os efeitos do uso das plantas de cobertura, no desempenho inicial de plantas de milho; Verificar a influência das plantas de cobertura na fertilidade dos solos na região do semiárido.
2020		2020	
CONTRATO Nº	19	CONTRATO Nº	40
CONCEDENTE	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 300.000,00	VALOR	R\$ 1.445.562,74
CENTRO	CI	CENTRO	CCS
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL
OBJETIVO	Desenvolvimento de uma Plataforma para Gerenciamento, Monitoramento, Controle e Operação da Suíte Vlibras.	OBJETIVO	Desenvolvimento de estudos de C, T&I (Ciência, Tecnologia e Inovação) em áreas tais como: Saúde, Biotecnologia, Nanotecnologia, Biocombustíveis, Energia Elétrica, Energias Renováveis, Petróleo e Gás e etc.
2020		2020	
CONTRATO Nº	42	CONTRATO Nº	43
CONCEDENTE	PBSOFT INFORMÁTICA LTDA-EPP	CONCEDENTE	MVARANDAS TECNOLOGIA SERVIÇO LTDA
VALOR	R\$ 20.424,96	VALOR	R\$ 20.424,96
CENTRO	CCSA	CENTRO	CCSA
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Desenvolver um sistema de indicadores de desempenho que possa ser incorporado a um aplicativo que auxilie os gestores públicos na tomada de decisão,	OBJETIVO	Propor a criação de um metamodelo que auxilie a empresa a enxergar a melhor forma de implementação de módulos de um sistema de restaurante de maneira

	contribuindo para a melhoria dos serviços públicos colocados a disposição da sociedade.		inteligente, agregando as tecnologias e potencialidades de Inteligencia Artificial, em especial os algoritmos de aprendizagem de máquina (Machine Learning).
2020		2020	
CONTRATO Nº	45	CONTRATO Nº	46
CONCEDENTE	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES	CONCEDENTE	FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP
VALOR	R\$ 435.293,06	VALOR	R\$ 2.999.875,00
CENTRO	CCSA	CENTRO	CT
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	As ferramentas desenvolvidas e as metodologias elaboradas visam contribuir, por exemplo, para o aumento dos índices de diplomação, a diminuição da evasão e da retenção, a melhoria dos indicadores de qualidade dos cursos de graduação e subsidiar análises sobre o potencial de empregabilidade dos egressos.	OBJETIVO	Desenvolvimento de estratégias e tecnologias inovadoras para mitigação dos efeitos da escassez de água no nordeste brasileiro.
2020		2020	
CONTRATO Nº	79	CONTRATO Nº	89
CONCEDENTE	FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO DE BENS VALORES E INTERESSES DIFUSOS	CONCEDENTE	ALLTECH DO BRASIL AGROINDUSTRIAL LTDA
VALOR	R\$ 239.701,50	VALOR	R\$ 20.845,59
CENTRO	CCS	CENTRO	CCHSA
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Aquisição de equipamentos laboratoriais necessários	OBJETIVO	Determinar o valor nutricional e de energia metabolizável de

	para a realização de exames de RT-PCR para detecção do SARS-CoV-2;  Aquisição de insumos laboratoriais necessários para a realização de exames de RT-PCR para detecção do SARS-CoV-2 pelos laboratórios da UFPB.		ingredientes energéticos e proteicos em dietas suplementadas com complexo enzimático para leitões na fase inicial.
2020		2020	
CONTRATO Nº	124	CONTRATO Nº	125
CONCEDENTE	ATOPTIMA	CONCEDENTE	PaqTcPB
VALOR	R\$ 56.966,98	VALOR	R\$ 147.639,00
CENTRO	CI	CENTRO	CCHLA
ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	O resultado físico do trabalho consistirá, principalmente, em código privado, do qual a propriedade intelectual deverá ser completamente transferida à Atoptima.	OBJETIVO	Observatório Antropológico: Impactos do Covid-19 em populações tradicionais a partir de uma perspectiva interdisciplinar.
2020		2020	
CONTRATO Nº	126	CONTRATO Nº	128
CONCEDENTE	FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – FNDE	CONCEDENTE	JBS S.A
VALOR	R\$ 4.186.647,50	VALOR	R\$ 361.760,00
CENTRO	CE	CENTRO	CCHLA
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PRIVADO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Realizar assistência técnica, monitoramento e avaliação da gestão dos recursos financeiros do PDDE, em estados e municípios de toda a região Nordeste, visando contribuir com a execução do referido programa, conforme aspectos	OBJETIVO	Cooperação técnico-científica e acadêmica para desenvolvimento do projeto de pesquisa e extensão intitulado: Estado, populações e políticas locais no enfrentamento à pandemia de Covid-19: análise social e diretrizes

	normativo-legais, além da identificação e disseminação das boas práticas de gestão das entidades.		de ação e intervenção não farmacológica em populações em situação de vulnerabilidade e precariedade social.
2020		2020	
CONTRATO Nº	131	CONTRATO Nº	136
CONCEDENTE	MINISTÉRIO DA ECONOMIA	CONCEDENTE	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
VALOR	R\$ 626.000,00	VALOR	R\$ 1.348.050,00
CENTRO	CI	CENTRO	CI
ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO	ORIGEM DO RECURSO	PÚBLICO
AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO	AÇÃO DO INVESTIMENTO	DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
OBJETIVO	Dar continuidade as ações de melhoria nas ferramentas da Suíte VLibras através de um conjunto de ações de pesquisa e desenvolvimento envolvendo reconhecimento automático de sinais em Libras, uma investigação sobre a melhoria da naturalidade e expressividade dos avatares 3D do VLibras, dentre outros.	OBJETIVO	Capacitação de profissionais e desenvolvimento de projetos inovadores nas áreas de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Esses dados foram relevantes para analisar a aplicação dos recursos, provenientes das parcerias firmadas entre as partes, nas ações do funcionamento institucional e do desenvolvimento acadêmico. Também foram analisadas as informações dos investimentos do MEC para essas duas ações.

O passo seguinte foi mostrar as análises dos valores direcionados para cada centro, considerando o valor total de recursos externos captados, os valores individuais e percentuais, a origem da receita, se público ou privado, assim como a ação do investimento observando, se foi para o funcionamento institucional ou para o desenvolvimento acadêmico, conforme se expõe no Quadro 12:

**Quadro 12:** Análise dos recursos financeiros e suas aplicações em 2020.

CATEGORIAS/ SUBCATEGORIAS	FONTES		
	CONTRATOS	ORIGEM DO	AÇÃO DO INVESTIMENTO

		Nº		VALOR (%) / PERCENTUAL (%)		RECURSO	
						PÚBLICO (1) / PRIVADO (2)	(1) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL (2) DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO
CENTRO	CEAR	04	120.762,24	0,96	(2)	(2)	
CENTRO	CCSA	05	20.424,96 20.424,96 20.424,96 435.293,06	0,16 0,16 0,16 3,47	(1)	(2)	
CENTRO	CCSA	42			(2)	(2)	
CENTRO	CCSA	43			(2)	(2)	
CENTRO	CCSA	45			(2)	(2)	
CENTRO	CE	14			182.499,98	1,45	(1)
CENTRO	CE	126	4.186.647,50	33,35	(1)	(2)	
CENTRO	CCA	15	19.800,00	0,16	(2)	(2)	
CENTRO	CI	19	300.000,00 56.966,98 626.000,00 1.348.050,00	2,39 0,45 4,99 10,74	(1)	(2)	
CENTRO	CI	124			(2)	(2)	
CENTRO	CI	131			(1)	(2)	
CENTRO	CI	136			(1)	(2)	
CENTRO	CCS	40			1.445.562,74	11,52	(1)
CENTRO	CCS	79	239.701,50	1,91	(1)	(1)	
CENTRO	CT	46	2.999.875,00	23,90	(2)	(2)	
CENTRO	CCHSA	89	20.845,59	0,17	(2)	(2)	
CENTRO	CCHLA	125	147.639,00 361.760,00	1,18 2,88	(2)	(2)	
CENTRO	CCHLA	128			(2)	(2)	
TOTALS			12.552.678,47	100	(1) R\$ 8.348.886,68 (2) R\$ 4.203.791,79	(1) R\$ 1.685.264,24 (13,43%) (2) R\$ 10.867.414,23 (86,57%)	

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O Quadro 12 evidencia o montante de financiamento de projetos no valor de R\$ 12.552.678,47 (doze milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito



reais e quarenta e sete centavos). De acordo com as colunas de categorias e subcategorias, esses valores captados em 2020 foram destinados para nove centros distintos.

Outros aspectos analisados nos contratos celebrados entre a UFPB e seus parceiros externos foram a origem dos recursos, classificados em “públicos e privados”, onde os recursos públicos equivaleram a 66,51% do montante captado. Já os recursos privados corresponderam a 33,49%, revelando que os recursos públicos tiveram um aporte maior para o ano de 2020. Um cenário igual a esse, com predominância de recursos externos públicos, só havia sido verificado também no ano de 2018.

Em relação às ações de investimentos, foi verificado que 13,43% das receitas foram voltadas para o “funcionamento institucional” e 86,57% foram direcionadas para o “desenvolvimento acadêmico”.

Também foram analisadas algumas informações relacionadas aos centros que tiveram o aporte financeiro dos recursos externos:

O Centro de Educação - CE foi o que mais recebeu investimentos em 2020, com dois contratos firmados através de parcerias e representando o percentual de 34,81% das captações para esse ano. Esses dois contratos foram financiados por entidades públicas, e as ações de investimentos foram direcionadas para o desenvolvimento acadêmico. Têm-se aqui uma mudança no cenário de captação de recursos entre os centros de ensino, sendo a primeira vez, nessa análise, que um centro da área de Humanidades atrai os maiores valores de contratos.

O segundo centro que mais captou recursos externos foi o Centro de Tecnologia - CT, que, em um único contrato, arrecadou 23,90% do total das receitas externas captadas em 2020, sendo a origem desse recurso oriunda do setor privado, e a ação do investimento aplicado no desenvolvimento acadêmico.

Já o Centro de Informática - CI foi o terceiro centro que mais recebeu aporte financeiro ao firmar parcerias externas com quatro projetos que representaram 18,57% do total arrecadado no período, nos quais três deles tiveram a origem dos recursos públicos e outro foi com recurso privado. Por outro lado, as ações de investimentos foram todas destinadas para o desenvolvimento acadêmico.

O quarto centro em captação de orçamento foi o centro de Ciências da Saúde - CCS, que fez parceria com dois contratos de financiamentos e teve uma representação de 13,43% dos recursos totais de investimento externo, cuja origem dos recursos foi unicamente pública e direcionada para o funcionamento institucional.

O Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - CCHLA firmou parcerias com duas entidades externas e teve um aporte de financiamento de 4,06% do recurso global. A origem

dos recursos para esse centro foi totalmente da iniciativa privada e com destinação para o desenvolvimento acadêmico.

Na sequência, aparece o Centro de Ciências Sociais e Aplicadas - CCSA, que celebrou quatro contratos de captação externa, representando 3,96% das receitas em 2020, sendo um contrato (25%) com a origem de recursos públicos e outros três (75%) com origem de recursos privados. Já quanto às ações de investimentos, os recursos foram totalmente direcionados para o desenvolvimento acadêmico. Vale destacar a presença de outros centros de ensino das áreas de humanidades nesse ano, divergindo do predomínio dos centros das áreas de exatas e saúde nos anos anteriores.

Já o Centro de Energias e Alternativas Renováveis - CEAR firmou um contrato de financiamento externo que representou 0,96% do orçamento externo no período, e a origem do recurso foi privada com aplicação no desenvolvimento acadêmico.

Outro centro que captou recurso externo foi o Centro de Ciências Humanas Sociais e Agrárias - CCHSA, que teve um contrato de parceria externa com representação financeira de 0,17% de todo o recurso captado através de parcerias no ano. Esses investimentos foram de origem privada e com aplicação no desenvolvimento acadêmico.

O último centro em aporte financeiro com um contrato de financiamento externo foi o Centro de Ciências Agrárias - CCA. Por meio dessa parceria, ele captou 0,16% de recurso de origem privada e com aplicação no desenvolvimento acadêmico.

Após essas análises dos contratos de captação de recursos, também foi analisado o orçamento ordinário que a UFPB recebeu diretamente do MEC, assim como os valores destinados para as aplicações nas ações de funcionamento institucional e nas ações de desenvolvimento acadêmico. Isso posto, apresenta-se abaixo o orçamento discricionário do governo federal para a UFPB no referido período:

**Figura 8:** Painel do Orçamento Federal em 2020

Ano	Órgão Orçamentário	Unidade Orçamentária	Ação	Resultado Primário	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
<b>Total</b>					<b>82.677.211</b>	<b>82.428.181</b>	<b>42.412.193</b>	<b>40.434.469</b>
2020	26000 - Ministério da Educação	26240 - Universidade Federal da Paraíba	20GK - Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	2 - Primária discricionária	220.755	68.253	48.305	48.305
			20RK - Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior	2 - Primária discricionária	82.456.456	82.359.928	42.363.889	40.386.164

**Fonte:** Site do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (2021).

Expõem-se, na imagem 6, as dotações orçamentárias que o MEC disponibilizou para a UFPB em 2020. Com o suporte desses dados, foram realizadas comparações das dotações orçamentárias com os recursos externos captados no mesmo ano.

Foram analisadas as ações do “funcionamento de instituições federais de ensino superior” e as ações de “desenvolvimento acadêmico” que apoiam a graduação, pós-graduação, ensino, pesquisa e extensão.

As próximas informações evidenciam os recursos internos e externos que a UFPB recebeu em 2020 quanto às duas ações citadas:

**Quadro 13:** Recursos internos e externos recebidos pela UFPB em 2020.

<b>AÇÃO</b>	<b>RECURSOS DO MEC</b>	<b>RECURSOS EXTERNOS</b>
Funcionamento institucional	R\$ 82.456.456,00	R\$ 1.685.264,24
Desenvolvimento acadêmico	R\$ 220.755,00	R\$ 10.867.414,23

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Considerando as informações apresentadas, é possível perceber que as receitas do MEC para o funcionamento institucional foram superiores às receitas captadas de recursos externos. Quanto aos recursos para o desenvolvimento acadêmico, observou-se que as receitas dos recursos externos foram maiores que as receitas obtidas pelo MEC.

Sendo assim, se os valores de “mesma ação” forem comparados “entre si”, temos as seguintes inferências:

Os recursos totais para a ação de funcionamento institucional foi de R\$ 84.141.720,24, e os recursos totais para a ação de desenvolvimento acadêmico foram de R\$ 11.088.169,23;

Nesse sentido, compreende-se que a ação de “funcionamento institucional” com os recursos do MEC (R\$ 82.456.456,00) representou o percentual 97,99% sobre o total dessa ação. Já os recursos de financiamento externo para a mesma ação (R\$ 1.685.264,24) representaram 2,01% do montante;

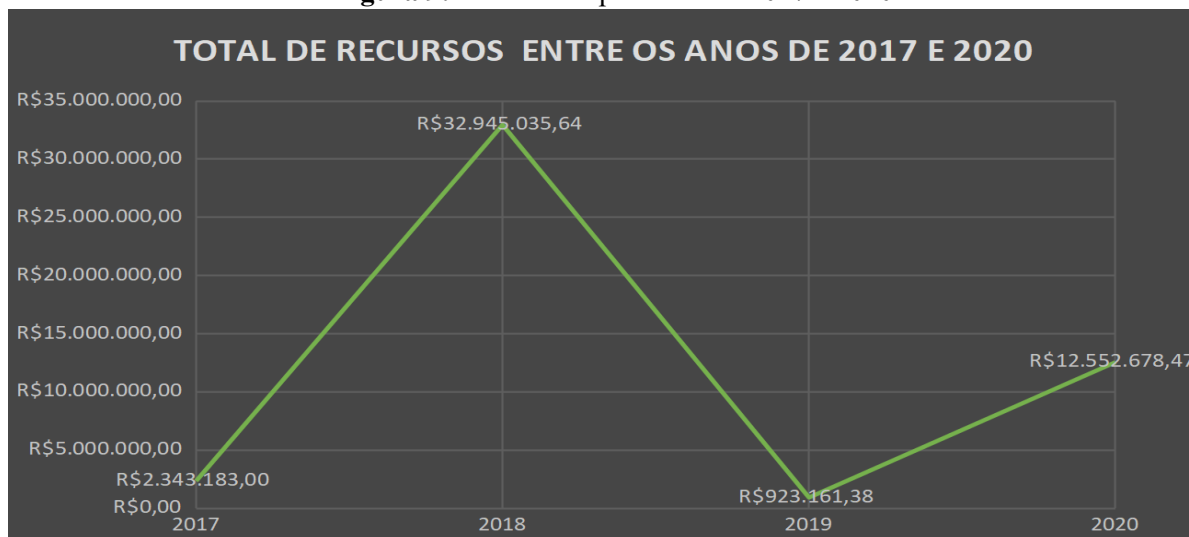
Percebe-se também que a ação de “desenvolvimento acadêmico” com os recursos provenientes do MEC (R\$ 220.755,00) representou 1,99% do volume para esse eixo, e os recursos de financiamento externo (R\$ 10.867.414,23) corresponderam a 98,01%. Esse foi um cenário que se repetiu em todos os anos anteriores, onde o MEC financia a maior parte das ações para o funcionamento da universidade, e as parcerias externas são os principais pilares de sustentação financeira para as ações de desenvolvimento acadêmico, marcando a importância desses contratos para a UFPB nos últimos anos.

#### 4.5 INFERÊNCIAS SOBRE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS NA UFPB PARA O QUADRIÊNIO 2017 A 2020

Para verificar os investimentos de recursos externos captados pela UFPB entre 2017 e 2020, foram somados os valores individuais dos contratos em cada ano do período estudado. Em seguida, foi realizada uma comparação das variações dos valores em percentuais e uma leitura da tendência dos investimentos obtidos via contratos de financiamentos.

A figura adiante demonstra o gráfico com o comportamento da captação de recursos externos no período de 2017 a 2020.

**Figura 9:** Recursos captados entre 2017 e 2020



**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

O gráfico apresenta as variações de investimentos gerais de recursos externos entre os anos de 2017 e 2020 na UFPB. Comparando inicialmente os dois primeiros anos, tem-se que a diferença de investimentos entre 2017 e 2018 foi caracterizada por um aumento bastante representativo de um ano para outro. Percebe-se também que, em 2018, o valor total dos investimentos foi 14,06 vezes maior do que em 2017. Em termos percentuais, verificou-se que os investimentos de 2018 representaram 92,89% em relação aos de 2017. Não foram verificados motivos pontuais que justifiquem o enorme salto dos investimentos externos de 2017 para 2018, mas, sem dúvidas, evidencia o crescimento do interesse de instituições externas em firmar parcerias com a UFPB.

Em seguida, foram analisados os anos de 2018 e 2019 e foi observado que houve uma variação ainda mais acentuada no valor total de recursos externos captados, sendo, dessa vez, uma variação de queda, quando o valor de 2019 foi 35,69 vezes menor que em 2018, e,

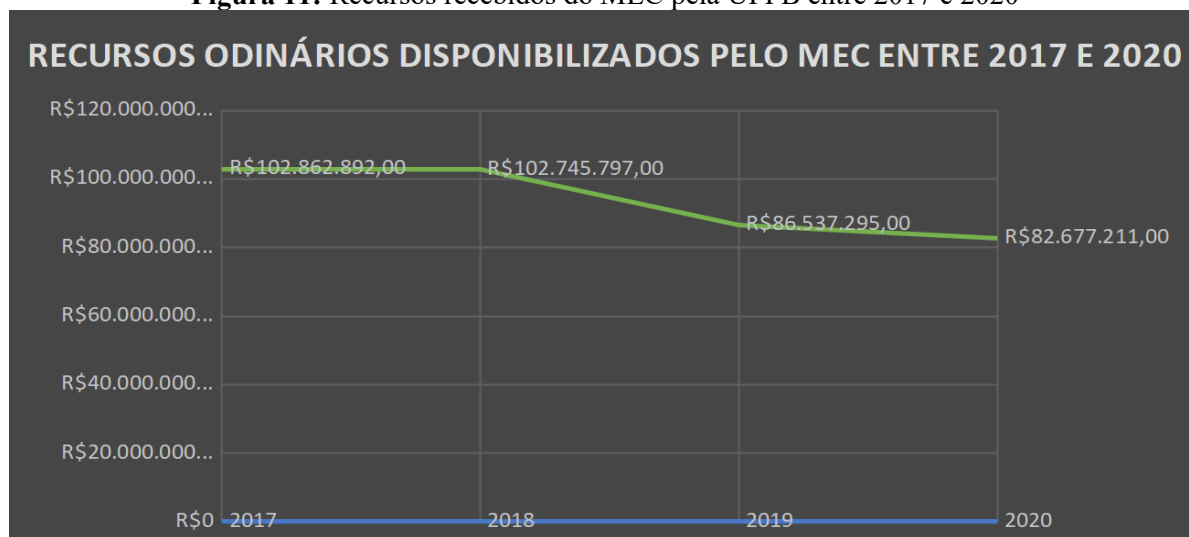
em percentual, o orçamento externo de 2019 teve uma representação de 2,83% em relação a 2018. Um fato atípico ocorrido nesse ano e que, certamente, pode ter levado à queda nos investimentos externos foi a mudança ocorrida na gestão do Governo Federal, que levou à adoção de um perfil de gerenciamento, digamos, bastante controversa e que, por vezes, tentou atribuir uma imagem de descrédito para as universidades públicas brasileiras, sobretudo as federais a ele diretamente ligadas, como podemos verificar nas imagens adiante:

**Figura 10:** Reportagens sobre as tentativas de descrédito às universidades públicas a partir de 2019.



**Fontes:** UOL; Veja; Terra; O Globo (2019, 2021).

É visível que os ataques sofridos pelas universidades públicas, a partir do ano de 2019, vindo das instâncias superiores de gestão atingiram diretamente a UFPB e as parcerias que ela firmava com outras instituições, levando à drástica diminuição dos valores captados por meio dessas parcerias. Vale ressaltar que, nesse mesmo tempo, a universidade também passou a sofrer cortes nas verbas a ela destinadas pelo MEC, como fica claro no gráfico abaixo:

**Figura 11:** Recursos recebidos do MEC pela UFPB entre 2017 e 2020

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Na análise dos recursos destinados à UFPB pelo MEC, entre os anos 2018 e 2019, constatou-se uma queda a partir desse último ano. O declínio nos investimentos de 2019 foi 15,78% menor em relação ao ano de 2018. No período de 2019 a 2020, também foi possível identificar a mesma tendência de queda nos repasses dos recursos federais do MEC para a UFPB, quando os investimentos de 2020 foram 4,46% menores do que em 2019.

Nesse sentido, a partir de 2019, de fato, podemos verificar que há uma significativa mudança no cenário tanto na destinação de recursos diretos, quanto na captação de recursos externos para a UFPB, colocando em risco a representatividade e atuação da instituição para com a sociedade que dela necessita. Esse cenário nos remete às afirmações já mencionadas por Bortolanza (2017) que, ao analisar a história do ensino superior do Brasil e seu planejamento, nos diz que, desde o princípio, esse ensino sofre com a ineficiência política que causa fortes limitações no desenvolvimento e na qualificação da população em geral. Um ciclo histórico que parece se repetir ao longo dos tempos.

Já no último período analisado, entre os anos de 2019 e 2020, foi verificado que os investimentos externos voltaram a apresentar uma tendência de aumento de um ano para o outro. Nesse sentido, foi constatado que os recursos captados em 2020 foram 13,60 vezes maior que em 2019, além de ter uma representação 92,57% superior. Contudo, cabe ressaltar que o aumento identificado nesse período ainda foi bastante tímido, principalmente se comparado à elevação ocorrida no ano de 2018, ficando mais uma vez evidente o quanto os ataques sofridos pelas universidades em 2019 afetaram a captação de recursos externos, de modo que, para atrair parcerias, tem-se buscado regatar a imagem dessas instituições, face ao descrédito gerado pelo governo federal.

O que se vê é um real distanciamento das recomendações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que, em seu art. 55, afirma: “cabará à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação por ela mantidas” (BRASIL, 1996, *online*). Contudo, os recursos têm sido cada vez mais restritos, levando as instituições a buscarem outras maneiras de se sustentarem, como o financiamento externo.

Nesse sentido, valem destacar as afirmações já mencionadas por Fávero e Bechi (2017), para quem esse processo de evidente financiamento da pesquisa e da pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, como vem ocorrendo com a UFPB, também aponta para o processo de mercantilização da educação, que, por vezes, se inicia com a escassez de recursos governamentais voltados para a manutenção e o investimento das universidades públicas federais, que ficam sem uma infraestrutura adequada para o desenvolvimento das pesquisas, manutenção de laboratórios de tecnologia de ponta etc. Os recursos disponibilizados pelo MEC não são objeto de estudo da pesquisa, são apenas parâmetros para fins de comparação com o que realmente importa: os recursos de captação externos. Dessa forma, acredita-se não ser necessário um texto tão extenso para tratar dessa temática em específico, porque todas as comparações desses valores já foram apresentadas na pesquisa ano a ano, e era isso que importava para deixar claro como os recursos de captação externos foram representativos para a UFPB, mesmo quando comparados aos recursos do MEC, sua principal fonte de investimentos.

O Quadro 14, por sua vez, identifica os centros de ensino e os valores que cada um deles captou no quadriênio analisado pela pesquisa. Também foi possível fazer a classificação dos centros de acordo com os montantes de investimentos no período estudado.

**Quadro 14:** Análise dos Centros de Ensino e dos recursos recebidos entre 2017 e 2020

2017	2018	2019	2020
<b>CENTRO / VALOR</b>	<b>CENTRO / VALOR</b>	<b>CENTRO / VALOR</b>	<b>CENTRO / VALOR</b>
CCEN R\$ 717.936,00	CCS R\$ 204.562,50	CCHLA R\$ 56.636,38	CEAR R\$ 120.762,24
CEAR R\$ 1.199.067,00	CT R\$ 4.309.777,83	CI R\$ 527.724,00	CCSA R\$ 496.567,94
REITORIA R\$ 426.180,00	MULTIDISCIPLINAR R\$ 26.788.326,47	CCEN R\$ 191.315,00	CE R\$ 4.369.147,48
	CEAR R\$ 557.986,76	CCS R\$ 147.486,00	CCA R\$ 19.800,00
	CI R\$ 1.084.382,08		CI R\$ 2331.016,98
			CCS

			R\$ 1.685.264,24
			CT R\$ 2.999.875,00
			CCHSA R\$ 20.845,59
			CCHLA R\$ 509.399,00
R\$ 2.343.183,00	R\$ 32.945.035,64	R\$ 923.161,38	R\$ 12.552.678,47

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

De acordo com o Quadro 14, foi possível perceber que, no ano de 2017, apenas três centros conseguiram captar recursos financeiros, mesmo não sendo o ano com a menor captação de recursos. O ano de 2018 se destaca por ter tido o de maior volume de recursos financeiros em relação a todos os demais anos. Contudo, houve apenas a participação de cinco centros de ensino. Já o ano de 2019 apresenta-se como aquele com menor montante financeiro captado, tendo o envolvimento de quatro centros nos contratos de financiamento externo. O último ano analisado, 2020, ficou com o segundo maior volume de investimentos externos e com o maior número de centros de ensino envolvidos nos projetos de financiamento, contabilizando um total de nove centros.

O Quadro 14 também evidencia que alguns centros conseguiram fazer parcerias externas com projetos de captação de investimentos financeiros em mais de um ano do período analisado. Já outros centros só fizeram parceria em um único ano no mesmo período. Com isso, é possível inferir que os recursos financeiros provenientes de parcerias externas ingressaram no orçamento da instituição com mais facilidade por algumas áreas que por outras, como é o caso das Ciências Exatas, de Tecnologia e de Saúde, em detrimento das Humanidades, por exemplo.

Em seguida, é apresentada no Quadro 15 a classificação dos centros de ensino em ordem decrescente de valores captados através dos investimentos externos, nos anos analisados pela pesquisa. Com esses resultados, foi possível identificar o grupo de centros que mais recebeu investimentos externos e o grupo que teve um volume menor desses investimentos.

**Quadro 15:** Classificação dos Centros de acordo com os recursos captados no período.

Nº	CENTRO	VALOR	Nº	CENTRO	VALOR
1º	MULTIDISCIPLINAR	R\$ 26.788.326,47	7º	CCEN	R\$ 909.251,00
2º	CT	R\$ 7.309.652,83	8º	CCHLA	R\$ 566.035,38
3º	CE	R\$ 4.369.147,48	9º	CCSA	R\$ 496.567,94
4º	CI	R\$ 3.943.123,06	10º	REITORIA	R\$ 426.180,00



5°	CCS	R\$ 2.037.312,74		11°	CCHSA	R\$ 20.845,59
6°	CEAR	R\$ 1.877.816,00		12°	CCA	R\$ 19.800,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Como é possível perceber no quadro acima, doze centros foram contemplados com financiamento de recursos externos, sendo o primeiro centro com maior volume de recursos denominado de multidisciplinar, pois houve quatro contratos que destinaram recursos para centros diversificados, sem especificar as quantidades exatas para cada um deles. Por esse motivo, os recursos desses centros foram classificados como sendo de um centro multidisciplinar.

Também foi possível perceber que os centros que mais conseguiram captar recursos externos foram os centros das áreas de Tecnologia, Engenharia, Informática e Saúde, com exceção do Centro de Educação, que teve uma captação monetária importante no último ano estudado, 2020. No entanto, percebeu-se que os outros centros citados conseguiram fazer parcerias de financiamento externo em mais de um ano do período analisado, o que evidencia que, de alguma forma, os investimentos externos chegaram à UFPB com mais facilidade para as áreas acima mencionadas.

O interesse do financiamento externo por algumas áreas em particular talvez resida na explicação ora já vista em Santos (2017), para quem, sobretudo, as parcerias público-privadas em educação não trazem preocupação em obter resultados positivos em prol da sociedade, mas focam apenas na obtenção de lucros, através da criação de novos mecanismos e tecnologias que podem ser desenvolvidos ou melhorados pela universidade, reduzindo assim seus custos de produção e serviço, de forma que o foco não seria o desenvolvimento científico nem social.

Diante de todas as questões identificadas em relação aos contratos de parcerias para captação de recursos externos na UFPB, a próxima seção desse trabalho apresenta um relatório com o diagnóstico sobre o cenário encontrado, de modo que os setores diretamente envolvidos com essa captação de recursos possam conhecer melhor sua situação no último quadriênio, para, a partir daí, elaborar estratégias que possam gerar melhorias e a expansão das ações de financiamento na instituição.

Para isso, pretende-se enviar esse relatório para a CODECON/PROPLAN, principal setor da UFPB responsável pelo gerenciamento dos contratos de captação de recurso externos, de forma que esse documento possa iniciar discussões e reflexões sobre o tema do financiamento externo na instituição.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS,  
GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
MESTRADO PROFISSIONAL

**RAWÊNIO DA SILVA FERNANDES**

RELATÓRIO DIAGNÓSTICO SOBRE A PESQUISA:

**UMA ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DOS INVESTIMENTOS EXTERNOS NO  
DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO E INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE  
FEDERAL DA PARAÍBA**

João Pessoa  
2022

## SUMÁRIO

### **APRESENTAÇÃO**

### **1 ANÁLISE SOBRE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS NA UFPB NO QUADRIÊNIO 2017-2020**

1.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2017

1.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2018

1.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2019

1.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2020

### **2 SÍNTESE DAS CAPTAÇÕES NO QUADRIÊNIO E PARÂMETROS DE COMPARAÇÃO**

## APRESENTAÇÃO

Este relatório tem como objetivo apresentar à comunidade acadêmica da Universidade Federal da Paraíba, em especial à Coordenação de Convênios – CODECON da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN, bem como a outros setores da UFPB que lidem com a captação de recursos externos, os resultados da pesquisa sobre **“Uma análise sobre a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional na Universidade Federal da Paraíba”**, de autoria do servidor, Contador, lotado na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – PROGEP/UFPB, Rawênio da Silva Fernandes, discente do Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior – PPGAES, sob orientação do professor Dr. José Jassuipe da Silva Morais.

Conforme afirmam Favero e Bechi (2017), é inegável que as reduções orçamentárias nos recursos destinados a cobrir as despesas de custeio e de capital nas IFES impactam diretamente na gestão interna de recursos e podem comprometer serviços essenciais para toda a comunidade acadêmica, como os serviços administrativos em geral, além dos relacionados à assistência estudantil, às atividades de pesquisa e extensão, dentre outros.

No cenário de carência de recursos, rigidez orçamentária e diante da necessidade de dar continuidade aos seus diversos serviços de produção científica, intelectual e social, Valdo, Melim e Teixeira (2021) afirmam que as universidades públicas passaram cada vez mais a buscar complementação dos seus recursos através dos financiamentos externos, que acontecem por meio das parcerias público-privadas.

Nessa perspectiva, e tendo em vista que a Coordenação de Convênios – CODECON da Pró-Reitoria de Planejamento – PROPLAN é atualmente o setor de maior relevância para a articulação e celebração de acordos, convênios ou contratos de captação de recursos externos para a UFPB, é importante evidenciar suas competências e seus objetivos nesse processo. Logo, a CODECON também é responsável pela orientação e elaboração de projetos no campo acadêmico de ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de formalizar contratualmente as parcerias entre a UFPB e entidades externas públicas ou privadas, buscando assegurar o compromisso com as metas e objetivos institucionais em conformidade com a legislação vigente (UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, 2020).

Ainda nesse contexto, também é importante frisar outros agentes que apoiam a UFPB na gestão dos contratos firmados com os financiadores externos, que são as fundações de apoio. Essas fundações desempenham um papel importante nas parcerias firmadas por meio

dos contratos e convênios entre os parceiros, tendo em vista que gerenciam os recursos materiais e pessoais de forma mais simples, sem a necessidade do processo licitatório, além de otimizar a comunicação e possibilitar o acesso à situação financeira dos projetos quanto às receitas e despesas.

Com a finalidade de entender melhor sobre a influência da captação de receitas externas na UFPB, obtidas via parcerias com entidades financiadoras, o presente trabalho teve como objetivos analisar os recursos adquiridos pela UFPB por meio de financiamentos externos captados no período de 2017 a 2020. Esse recorte temporal se deu pelo fato de que, em dezembro de 2016, foi sancionada a Emenda Constitucional 95/2016 com efeitos a partir de 2017. Dessa maneira, analisou-se também a influência orçamentária dessa legislação para a UFPB.

A pesquisa foi caracterizada como de natureza aplicada, pois buscou conhecer fatos da realidade local do pesquisador. O estudo, em relação aos seus objetivos, tem natureza exploratório-descritiva, a fim de apresentar, por meio desse relatório diagnóstico, resultados a respeito da influência da captação de recursos externos para a UFPB. Ainda nessa perspectiva, utilizou-se da abordagem qualitativa para analisar informações a partir do cruzamento de dados e explicar a relação das variáveis presentes no objeto de estudo. Dessa maneira, o modelo dos procedimentos foi um estudo de caso, onde se investigou o contexto real e atual da influência dos recursos externos da UFPB. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi bibliográfica e documental, pois o aporte teórico aconteceu com base em publicações e trabalhos produzidos no contexto do financiamento da educação superior no Brasil, e também por ter examinado documentos internos da instituição.

A partir desse ponto, este relatório apresenta um diagnóstico da captação de recursos externos realizados via parcerias entre a UFPB e outras instituições financiadoras nos anos de 2017 a 2020.

## **1 ANÁLISE SOBRE A CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS NA UFPB NO QUADRIÊNIO 2017-2020**

### **1.1 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2017**

Foram registrados, nessa análise, os contratos que a UFPB celebrou com parceiros externos envolvendo valores monetários, uma vez que também existem parcerias que não incluem recursos financeiros.

Dito isso, em 2017, a UFPB celebrou quatro contratos com o objetivo de captar recursos financeiros provenientes de projetos de interesses recíprocos. Com isso, foi gerada uma receita de recursos externos no importe de R\$ 2.343.183,00.

Nesse sentido, foram analisados alguns aspectos dos recursos captados em cada ano. Dessa forma, observou-se que, nesse primeiro ano analisado, as receitas externas tiveram 100% da origem dos recursos proveniente da iniciativa privada, ou seja, não houve captação de recursos externos com entidades públicas, e, no que se refere às ações de investimento, verificou-se que 100% dos recursos foram direcionados para as ações de desenvolvimento acadêmico.

Os valores captados em 2017 foram direcionados para três centros distintos, conforme se expõe abaixo:

- 1) CEAR (51,17%);
- 2) CCEN (30,64%);
- 3) REITORIA (18,19%).

### **1.2 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2018**

No ano de 2018, a UFPB firmou onze contratos de captação de recursos externos, oriundos de financiamentos de projetos, e isso trouxe, como resultado, um aporte financeiro de R\$ 32.945.035,64.

Nesse sentido, o montante das receitas captadas em 2018 teve a maior parte da origem dos recursos vinda do setor público, em oposição ao que ocorreu no ano anterior. Nesse sentido, observou-se que 98,06% dos recursos vieram de financiamentos públicos e 1,94% do setor produtivo.

Quanto às ações de investimentos, constatou-se que 94,39% foram destinados para o funcionamento institucional da UFPB e 5,61% foram direcionados para o desenvolvimento acadêmico.

Os recursos captados em 2018 foram direcionados para cinco centros distintos da instituição. No entanto, é importante frisar que nesse ano houve quatro contratos que direcionaram seus recursos para cursos diversos, sem detalhar o quanto iria para cada área. Então, foi criado um centro chamado de Multidisciplinar, para essa análise, conforme demonstra a seguir:

- 1) Multidisciplinar (81,31%);
- 2) CT (13,08%);
- 3) CI (3,29%);
- 4) CEAR (1,69%);
- 5) CCS (0,62%).

### 1.3 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2019

Em 2019, a UFPB celebrou seis contratos de captação de recursos externos com interesses recíprocos. Assim, foi gerada uma receita no importe de R\$ 923.161,38.

Foi possível observar que, em relação ao ano anterior, houve uma queda expressiva nas receitas realizadas através do financiamento externo. Quanto à origem dos recursos, constatou-se que 42,84% vieram do setor público e 57,16% foram subsidiados pela iniciativa privada.

No que se refere às ações de investimentos, verificou-se que 28,98% dos recursos foram aplicados no funcionamento institucional e 71,02% foram destinados ao desenvolvimento acadêmico.

O direcionamento dos recursos externos de 2019 foi realizado para quatro centros distintos, conforme se demonstra abaixo:

- 1) CI (57,16%);
- 2) CCEN (20,72%);
- 3) CCS (15,98%);
- 4) CCHLA (6,14%).

#### 1.4 CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS EM 2020

O último ano analisado pelo estudo foi o de 2020, quando a UFPB celebrou dezoito contratos de financiamentos externos, a fim de captar recursos financeiros provenientes de projetos de interesses bilaterais. Dessa forma, as receitas captadas tiveram uma soma de R\$ 12.552.678,47.

Quanto à análise da origem dos recursos, foi identificado que 66,51% das receitas captadas foram de contratos com o setor público e 33,49% dos recursos foram oriundos de entidades privadas.

No que se refere às ações de investimentos, verificou-se que 13,43% dos recursos foram aplicados no funcionamento institucional e 86,57% foram destinados ao desenvolvimento acadêmico.

Os recursos foram aplicados em nove centros no ano de 2020, conforme segue:

- 1) CE (34,81%);
- 2) CT (23,90%);
- 3) CI (18,57%);
- 4) CCS (13,43%);
- 5) CCHLA (4,06%);
- 6) CCSA (3,96%);
- 7) CEAR (0,96%);
- 8) CCHSA (0,17%);
- 9) CCA (0,16%).



## 2 SÍNTESE DAS CAPTAÇÕES DE RECURSOS EXTERNOS NO QUADRIÊNIO E PARÂMETROS DE COMPARAÇÃO

Fazendo uma síntese geral do quadriênio 2017 a 2020, alguns dados merecem destaque. Um deles diz respeito aos centros de ensino da UFPB que mais captaram recursos externos nesse período, como se apresenta no quadro adiante:

**Quadro 1:** Classificação dos Centros de acordo com os recursos captados no período.

Nº	CENTRO	VALOR	Nº	CENTRO	VALOR
1º	MULTIDISCIPLINAR	R\$ 26.788.326,47	7º	CCEN	R\$ 909.251,00
2º	CT	R\$ 7.309.652,83	8º	CCHLA	R\$ 566.035,38
3º	CE	R\$ 4.369.147,48	9º	CCSA	R\$ 496.567,94
4º	CI	R\$ 3.943.123,06	10º	REITORIA	R\$ 426.180,00
5º	CCS	R\$ 2.037.312,74	11º	CCHSA	R\$ 20.845,59
6º	CEAR	R\$ 1.877.816,00	12º	CCA	R\$ 19.800,00

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Analisando a distribuição da captação de recursos por centro de ensino, é perceptível que as áreas das Ciências Exatas e da Saúde ficaram com a maior destinação de verbas externas durante o período.

Em relação à destinação dos recursos captados externamente pela UFPB, no quadriênio analisado, tem-se que:

- R\$ 33.050.901,54 foram destinados para a ação de funcionamento institucional, sendo a maior parte desses recursos oriundos de quatro contratos com o mesmo parceiro, a FINEP, no ano de 2018, para essa mesma ação;
- R\$ 15.723.156,95 foram destinados para a ação de desenvolvimento acadêmico no quadriênio analisado.

Com o objetivo de consolidar os resultados obtidos e poder fazer uma leitura objetiva da influência da captação de recursos externos para a UFPB no quadriênio de 2017 a 2020, foi elaborado um quadro comparativo entre os recursos diretos destinados pelo MEC para a UFPB e os recursos externos captados por meio de financiamentos de projetos acadêmicos.

Os recursos do MEC foram utilizados como parâmetros de comparações, e, para isso, utilizou-se do cruzamento de dados, permitido pela metodologia de análise do conteúdo, uma vez que essas duas fontes de receitas da instituição são destinadas para duas ações de investimentos distintas dentro da UFPB: a ação de funcionamento institucional e a ação de desenvolvimento acadêmico, conforme pode ser percebido no quadro a seguir:

**Quadro 2:** Recursos externos no quadriênio de acordo com as ações de investimento.

AÇÕES DE INVESTIMENTO					
(1) FUNCIONAMENTO INSTITUCIONAL			(2) DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO		
ANO	RECURSOS DO MEC	RECURSOS EXTERNOS	ANO	RECURSOS DO MEC	RECURSOS EXTERNOS
2017	R\$ 102.096.592,00	R\$ 0,00	2017	R\$ 766.300,00	R\$ 2.343.183,00
2018	R\$ 102.673.797,00	R\$ 31.098.104,30	2018	R\$ 72.000,00	R\$ 1.846.931,34
2019	R\$ 86.308.903,00	R\$ 267.533,00	2019	R\$ 228.392,00	R\$ 665.628,38
2020	R\$ 82.456.456,00	R\$ 1.685.264,24	2020	R\$ 220.755,00	R\$ 10.867.414,23
<b>SOMA</b>	<b>R\$ 373.535.748,00</b>	<b>R\$ 33.050.901,54</b>	<b>SOMA</b>	<b>R\$ 1.287.447,00</b>	<b>R\$ 15.723.156,95</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2021).

Como pode ser visto no quadro acima, os recursos externos captados para a ação do funcionamento institucional, nos quatro anos, teve um valor muito inferior se comparado com os recursos destinados pelo MEC para essa mesma ação de investimento, o que, em termos percentuais, demonstra que os recursos externos captados representaram 8,85% se comparados aos recursos destinados pelo MEC. No entanto, esses recursos externos não deixam de ter sua importância, principalmente no atual cenário de escassez orçamentária para as IFES brasileiras.

No que se refere aos recursos externos captados para a ação do desenvolvimento acadêmico, no período analisado, foram os recursos do MEC que tiveram a menor representatividade percentual em relação aos recursos externos, o que significa dizer que esses recursos externos foram 12,21 vezes maiores que aqueles destinados pelo MEC para o desenvolvimento acadêmico.

Constatou-se, assim, que as receitas geradas pelas parcerias externas, entre os anos de 2017 e 2020, foram essenciais principalmente para o desenvolvimento acadêmico da UFPB, tendo uma forte relevância para as atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de uma significativa contribuição para a ciência e para as inovações tecnológicas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das mudanças que vêm ocorrendo nas políticas de ensino superior no Brasil e no mundo, que implicam em reduções orçamentárias dos recursos destinados às Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, e da sinalização do governo federal para que essas instituições busquem captar recursos externos para manter suas atividades, a sociedade acadêmica passou a debater a influência dessas políticas na promoção do desenvolvimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) e institucional nas universidades brasileiras.

Na busca por alcançar os objetivos, esta pesquisa utilizou-se de dois procedimentos metodológicos: o bibliográfico e o documental. Para a pesquisa bibliográfica, o estudo fez um embasamento teórico de outros trabalhos relacionados ao tema do financiamento do ensino superior. Quanto à pesquisa documental, o estudo buscou obter informações nos documentos internos disponíveis publicamente nos sistemas da UFPB.

Em seguida, foi realizada a análise de conteúdo através de informações da coleta de dados, que foram extraídas dos contratos de parcerias celebrados entre a UFPB e entes externos, e também foram consultados dados do painel do orçamento federal do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP. As duas fontes documentais são de consulta livre e serviram de base comparativa para os recursos discricionários do MEC com os recursos externos captados, para a análise dos eixos do desenvolvimento acadêmico e do funcionamento institucional.

Nesse contexto, o estudo teve como objetivo geral diagnosticar a influência dos investimentos externos para o desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB no período de 2017 a 2020. Para o atingimento desse objetivo, foram analisados os contratos de financiamento externo, com o propósito de obter os resultados que demonstraram a influência da captação de recursos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB.

De igual forma, esta pesquisa definiu objetivos específicos com a finalidade de respondê-los, como exposto adiante.

No objetivo específico “a)” pretendeu-se: identificar estudos relevantes sobre o desenvolvimento da educação superior no Brasil.

Cumprindo esse objetivo, o presente estudo explorou outros autores e fontes, fazendo uma retomada histórica sobre o surgimento e o desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Também foram levantados estudos sobre o financiamento da educação superior, explorando o tema das parcerias públicas e privadas no contexto do financiamento da educação superior,

além de pesquisas que evidenciaram a proposta de financiamento do ensino superior no cenário atual e o financiamento da educação superior na UFPB.

Já o objetivo “b” buscou: analisar, a partir da coleta de dados, os recursos orçamentários obtidos por meio da captação de recursos externos no período entre 2017 e 2020.

Assim, quanto ao atendimento da análise dos recursos externos captados pela UFPB entre os anos de 2017 e 2020, foi realizada a soma dos valores captados ano a ano e, a partir desses resultados, foram realizadas leituras dos investimentos entre um ano e outro e feito inferências das tendências das variações dos valores. Nesse sentido, foi observado que houve forte variação de aumento de recursos captados entre o primeiro e o segundo ano estudado (2017 e 2018). No entanto, não foram verificados nos documentos motivos específicos que justificassem esse salto de investimentos. Porém, é possível inferir que houve o crescimento do interesse de instituições externas em firmar parcerias com a UFPB.

Logo após, ao se analisar a variação de recursos externos captados entre os anos de 2018 e 2019, vê-se que foi ainda mais acentuada, sendo que, dessa vez, a tendência foi de uma expressiva queda nos investimentos captados. Os recursos captados em 2019 foram 35,69 vezes menores do que em 2018.

No último período analisado, entre 2019 e 2020, os investimentos voltaram a crescer. Porém, se comparado com os investimentos de 2018, os recursos captados em 2020 foram tímidos. Dessa maneira, fica evidente que os ataques que as IFES sofreram em 2019, por parte do ministro da educação da época podem, de fato, ter prejudicado a captação de recursos externos na UFPB. Também foram analisados os centros de ensino da UFPB que mais captaram recursos externos, e foi identificado que as unidades que mais obtiveram recursos estão diretamente ligadas às áreas das Ciências Exatas e da Saúde.

Então, diante da análise realizada, o último objetivo específico da pesquisa “c” procurou: elaborar um relatório diagnóstico, apresentando a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e institucional da UFPB, entre 2017 e 2020.

Nesse sentido, depois de expor a análise dos dados, este estudo apresenta uma seção oferecendo um “Relatório Diagnóstico sobre a pesquisa”, expondo informações gerais dos dados, com ênfase específica para a influência dos investimentos externos no desenvolvimento acadêmico e no funcionamento institucional da UFPB. Assim, após a análise dos dados extraídos do painel do orçamento federal no quadriênio da pesquisa, foi constatado que o orçamento destinado pelo MEC para o funcionamento institucional foi 11,30 maior que os recursos externos captados para o mesmo eixo. Por outro lado, os recursos que o MEC

destinou para o desenvolvimento acadêmico tiveram representatividade inferior em relação aos recursos externos captados. Os valores dos recursos externos foram 12,21 vezes maiores em relação aos recursos federais para o eixo do desenvolvimento acadêmico (ensino, pesquisa e extensão) da UFPB.

De acordo com o exposto, é possível concluir que os investimentos captados por meio dos contratos e convênios, realizados entre a UFPB e seus parceiros externos no quadriênio da pesquisa foram essenciais, principalmente para o desenvolvimento acadêmico, ou seja, para a existência e manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão na UFPB.

Por fim, cabe ressaltar que a temática desta pesquisa não finda de maneira nenhuma aqui, podendo ser útil como um passo importante para outros estudos e investigações sobre o tema. Acredita-se, portanto, que o resultado final dessa pesquisa foi atingido e seus objetivos alcançados.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Genilda Teixeira Pereira. **A educação superior na lógica do mercado: os rankings como parâmetros de qualidade**. Curitiba: CRV, 2019.

BARROS, Aíde Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

BAIMA, Eudes. **Future-se: destruição do ensino superior**. In: O trabalho, 2019. Disponível em: <https://otrabalho.org.br/future-se-destruicao-do-ensino-superior/>. Acesso em: 10 nov. 2021.

BASSI, Camillo de Moraes. **Receitas vinculadas e despesas obrigatórias: explorando conceitos, métodos de atuação e determinantes à rigidez orçamentária**. Brasília: Ipea, 2019.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BORTOLANZA, Juarez. **Trajectoria do ensino superior brasileiro: uma busca da origem até a atualidade**, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101\\_00125.pdf?sequence=1&isAll](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181204/101_00125.pdf?sequence=1&isAll). Acesso em: 02 abr. 2021.

BRAGA, Ryon. **A má qualidade do ensino superior brasileiro**, 2019. Disponível em: <https://blog.abmes.org.br/a-ma-qualidade-do-ensino-superior-brasileiro/>. Acesso em: 14 ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 3.076, de 02 de junho de 2020**. Institui o Programa Universidades e Institutos Empreendedores e Inovadores – Future-se. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2254321>. Acesso em: 13 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007**. In: Planalto, 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm). Acesso em: 10 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010**. In: Planalto, 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7423.htm). Acesso em: 14 nov. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. In: Planalto, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm). Acesso em: 10 dez. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994**. In: Planalto, 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8958.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8958.htm). Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. In: Planalto, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 12 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998**. In: Planalto, 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19637.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19637.htm). Acesso em: 15 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. In: Planalto, 2004. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm). Acesso em: 21 ago. 2020.

BRASIL. **Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília, 2011. Disponível em: [https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/CGNOP/portarias/PORTARIA\\_INTERMINISTERIAL\\_No\\_507-24\\_NOVEMBRO\\_2011.pdf](https://antigo.plataformamaisbrasil.gov.br/images/docs/CGNOP/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_No_507-24_NOVEMBRO_2011.pdf). Acesso em: 15 dez. 2020.

BRITO, Ana Paula Batista da Silva. **O fórum das entidades representativas do ensino superior particular: um novo intelectual orgânico de base coletiva**. Orientadora: Fabíola Bouth Grello Kato. 2019. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/11818>. Acesso em: 04 jun. 2021.

BRITO, Ana Paula; VALE, Cassio; SOUSA, Leila. **Políticas públicas educacionais e a mercantilização da educação no Brasil**. Curitiba: CRV, 2019.

CORDEIRO, Eliza Regina; SILVA, Flora Moritz da; SOUZA, Irineu Manoel de. **Gestão das Universidades no Brasil**. 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172065/OK%20-%20101\\_00466%20OK.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/172065/OK%20-%20101_00466%20OK.pdf?sequence=1). Acesso em: 03 nov. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da colônia à Era Vargas**. São Paulo: UNESP, 2007.

DAGNINO, Renato; ROMÃO, Wagner; BEZERRA, Rogério. **Universidades: future-se e o aporte de recursos de empresas**. In: Diplomatique, 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/Future-se-e-o-aporte-de-recursos-de-empresas/>. Acesso em: 05 nov. 2021.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **Avaliação e relações com o setor produtivo: novas tendências do ensino superior europeu**. In: Nupps, 1990. Disponível em: <http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt9012.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2021.

FARIA, Maria Leonor Viega; FRANCISCO, Jailton Gonçalves; MELLO, José Manoel Carvalho. **Gestão financeira de pesquisa e da pós-graduação em uma universidade federal: um estudo de caso**. In: AEDB, 2006. Disponível em: [https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/755\\_GESTAO%20FINANCEIRA%20DA%20PESQUISA%20E%20DA%20POS-GRADUACAO.pdf](https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/755_GESTAO%20FINANCEIRA%20DA%20PESQUISA%20E%20DA%20POS-GRADUACAO.pdf). Acesso em: 16 nov. 2021.

FAVERO, Altair Alberto; BECHI, Diego. O financiamento da educação superior no limiar do século XXI: o caminho da mercantilização da educação. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, v. 3, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650577/16790>. Acesso em: 11 Mai. 2021.

FERNANDEZ, Rodrigo *et al.* IPEA. **Parcerias público-privadas**: uma alternativa para a educação brasileira. In: IPEA, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/885/513>. Acesso em: 11 ago. 2020.

FERREIRA, Maria D'Alva Macedo. **Assistência estudantil na educação superior**: mecanismos de acesso e permanência do estudante na UFPI. In: Redalyc, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844027/movil/>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FIGUEIREDO, Dannel. **Future-se**: entenda a proposta do MEC. In: Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/future-se-entenda-a-nova-proposta-do-mec/>. Acesso em: 11 Jul. 2020.

FLORES, Sharon Rigazzo. A democratização do ensino superior no Brasil, uma breve história: da colônia a república. **Rev. Inter. Educ. Sup.**, Campinas, v. 3, n. 2, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8650611/16824>. Acesso em: 04 abr. 2021.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. Brasília: Liber Livro, 2007.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. **A FADE-UFPE**. In: FADE-UFPE, 2021. Disponível em: <https://fade.org.br/fade-ufpe/>. Acesso em: 23 mai. 2021.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO IFPB. **A FUNETEC**. In: FUNETEC-PB, 2021. Disponível em: <https://www.funetec.com/afunetec>. Acesso em: 25 maio 2021.

FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA. **Histórico**. In: PaqTcPB, 2021. Disponível em: <http://www.paqtc.org.br/missao.php>. Acesso em: 17 set. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIOLO, Jaime; LEHER, Roberto; SGUISSARDI, Valdemar. **Future-se**: ataque à autonomia das instituições federais de educação superior e sua sujeição ao mercado, In: Nupe, 2020. Disponível em: <https://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2020/09/future-se-ebook.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2021.

GIOLO, Jaime. O future-se sem futuro. **Revista Direitos, trabalho e política social**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 261-350, 2020.

HAAS, Célia Maria; LINHARES, Milton. Políticas públicas de ações afirmativas para o ingresso na educação superior se justificam no Brasil? **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 93, n. 235, p. 836-863, set./dez. 2012. Disponível em:



<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/bqD9kT8FGbNz5W5CZvMDJWB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2021.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEHER, Roberto. **Análise preliminar do future-se**. In: Avaliação Educacional, 2019. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2019/07/sobre-o-future-se-notas-prelim-rleher-24-07pdf.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

LEHER, Roberto. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEHER, Roberto. **Guerra cultural e a universidade pública**, In: Nupe, 2020. Disponível em: <https://nupe.blumenau.ufsc.br/files/2020/09/future-se-ebook.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2021.

LIMA JÚNIOR, Eduardo Brandão *et al.* **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. In: Fucamp, 2021. Disponível em: <http://fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2356/1451>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MANCEBO, Deise. **Educação superior no Brasil: expansão e tendências (1995-2014)**. Reunião Nacional da ANPEd, 37. [Anais...]. Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt11-3726.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 9. ed. São paulo: Atlas, 2021.

MARTINS, Tânia; VITTI, Sylvia Cristina de Azevedo. A concepção teórico-política do Projeto Future-Se e a concepção de internacionalização da educação. **Revista Brasileira De Educação Comparada**, v. 3, n.1, p.1-17, 2021.

MOURA, Daiana. **Políticas públicas educacionais PROUNI e FIES: democratização do acesso ao ensino superior**. Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 11. [Anais...]. Santa Cruz do Sul, 2014. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/viewFile/11804/1647>. Acesso em: 30 jul. 2020.

NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

PERES, Júlia Gonçalves; BRAGA, Lucas Neckel Paim; RAUPP, Fabiano Maury. **Despesas discricionárias de custeio: uma análise das destinações dos gastos do IBGE**. In: Dialnet, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7671485>. Acesso em: 16 nov. 2021.

ROSSI, Renata Alvarez; TUDE, João Martins. **Cortes no orçamento das universidades federais**. In: UFBA, 2021. Disponível em: <https://ea.ufba.br/wp-content/uploads/2021/08/v3-Cortes-no-Orcamento-das-Universidades-Federais-1.pdf>. Acesso em 16 nov. 2021.

SACRAMENTO, Ana Rita; ALMEIDA, Denise Ribeiro; RAUPP Fabiano Maury; LYRIO NETO, Antônio Almeida; MENEZES, Elaine Cristina de Oliveira; SANTOS, Renata Cristina Nogueira. **Cortes no orçamento das universidades federais: quais os possíveis impactos?** In: Estadão, 2021. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/cortes-no-orcamento-das-universidades-federais-quais-os-possiveis-impactos/>. Acesso em: 20 nov. 2021.

SALLES, João Carlos. **Universidade pública e democracia**. São Paulo: Boitempo, 2020.

SANTOS, Andrea Paula Pontes dos. **Parcerias público-privadas na área da educação e a possibilidade de delegação dos serviços pedagógicos**. 2017, 149 f. Dissertação (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppgd/dissertacoes/dissertacoes-defendidas-em-2018/parcerias-publico-privadas-na-area-da-educacao-e-a-possibilidade-de-delegacao-dos-servicos-pedagogicos/at\\_download/file](http://www.unirio.br/ppgd/dissertacoes/dissertacoes-defendidas-em-2018/parcerias-publico-privadas-na-area-da-educacao-e-a-possibilidade-de-delegacao-dos-servicos-pedagogicos/at_download/file). Acesso em: 13 ago. 2020.

SILVA, Adriano; SANTOS, Beatriz. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00741.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2020.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Eстера Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. In: ISCED, 2001. Disponível em: <https://biblioteca.isced.ac.mz/bitstream/123456789/712/1/Metodologia%20de%20Pesquisa.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2021.

SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues; POSSAMAI, Tamiris. **Programa Future-se: impactos sobre a autonomia das Instituições Federais de Ensino e sobre o direito à educação**, 2020. Disponível em: <https://unoesc.emnuvens.com.br/roteiro/article/view/23778/14635>. Acesso em: 22 nov. 2021.

SILVA JÚNIOR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma da educação superior no Brasil: renúncia do Estado e privatização do público**, In: Redalyc, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37413205.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SILVEIRA, Guilherme Fortkamp da; MEYER, Bernardo. Parcerias público-privadas e gestão universitária: análise da implementação na Universidade Federal de Santa Catarina. Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 19. [Anais...]. Florianópolis, 2019. Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201827/101\\_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/201827/101_00108.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 20 nov. 2021.

STALLIVIERI, Luciane. **O sistema de ensino superior do Brasil: características, tendências e perspectivas**. In: UCS, 2007. Disponível em: [https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema\\_ensino\\_superior.pdf](https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/sistema_ensino_superior.pdf). Acesso em: 20 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Instituto UFPB de desenvolvimento da paraíba**. In: IDEP, 2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/idep>. Acesso em: 17 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Regimento interno da agência de inovação da UFPB**. In: INOVA, 2022. Disponível em: <https://www.ufpb.br/idep/contents/menu/documentos/regimento-interno/regimento.pdf>. Acesso em: 17 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. PROPLAN. **CODECON**. In: UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/coordenacoes/codecon>. Acesso em: 23 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. PROPLAN. **Legislação correlata**. In: UFPB, 2019. Disponível em: <http://www.proplan.ufpb.br/proplan/contents/menu/coordenacoes/codecon/fundacoesdeapoiocredenciadas/legislacao-correlata>. Acesso em: 23 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Reitoria. **Histórico**. In: UFPB, 2019. Disponível em: <https://www.ufpb.br/ufpb/menu/institucional/apresentacao/historico>. Acesso em: 23 mai. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. Reitoria. **INOVA**. In: UFPB, 2022. Disponível em: <http://www.ufpb.br/inova>. Acesso em: 23 mai. 2021.

VALDO, João Paulo da Silva; MELIM, Juliana Iglesias; TEIXEIRA, Rafael Vieira. A regulamentação das parcerias público-privadas como tática para aprofundar a privatização das universidades federais e do aparato público de ciência e tecnologia no Brasil. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2021. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/38031/26809>. Acesso em: 24 jan. 2022.

WEGNER, Rubia Cristina. **Ensino superior no Brasil**: descaminhos propostos pelo 'Future-se'. In: UERJ, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/article/view/50100/33298>. Acesso em: 05 dez. 2021.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.